

o Prelo

Revista de Cultura
da Imprensa Oficial do
Estado do Rio de Janeiro

Uma sala de cultura com a marca da ousadia

*Espaço criado pela Imprensa Oficial
homenageia e reflete o mito Leila Diniz*

Página 4

*A mulher que
inspirou uma geração*

Página 6

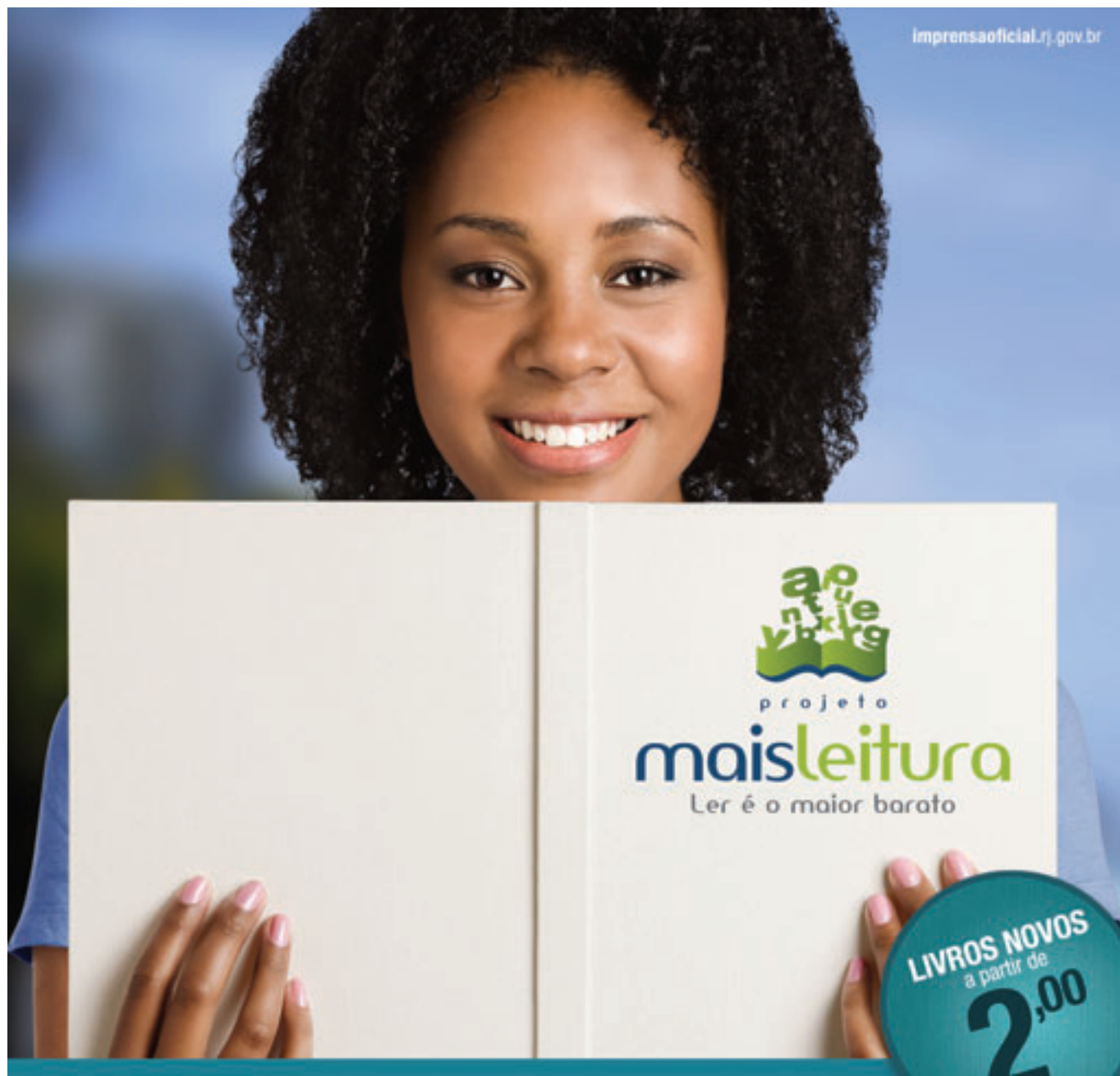


ESPECIAL JORGE DE SALLES O DESENHISTA DO RIO



ILHA DAS FLORES:
MARINHA TRANSFORMA EM
MUSEU O PRIMEIRO LAR DE
IMIGRANTES DO PAÍS. *Página 8*

DUQUE DE CAXIAS:
O VIGOR DA SEGUNDA CIDADE
MAIS INDUSTRIALIZADA DO
ESTADO. *Página 20*



Dentro de um livro, a gente encontra mais que histórias. Encontra cidadania.

A Imprensa Oficial e o Governo do Rio estão lançando o Projeto Mais Leitura. Criado para democratizar o acesso à cultura, ele disponibiliza grandes obras literárias a preços populares. Para adquirir a sua, vá à unidade do Rio Poupa Tempo São Gonçalo e procure a Agência da Imprensa Oficial.

RIO POUPA
TEMPO

NOVA
Imprensa
Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GOVERNO DO
Rio de
Janeiro
SOMANDO FORÇAS

SECRETARIA
DA CASA CIVIL



Sérgio Cabral
GOVERNADOR

Regis Velasco Fichtner Pereira
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL



Haroldo Zager Faria Tinoco
Diretor-Presidente

Luiz Sérgio Guerra Diniz
Diretor Administrativo-Financeiro

Jorge Narciso Peres
Diretor-Industrial

Rua Prof. Heitor Carrilho, 81
Centro - Niterói - RJ - CEP 24030-230
Telefone: 2717-4141 PABX

www.imprensaoficial.rj.gov.br

o Prelo ANO VIII nº 27

Revista de Cultura da Imprensa
Oficial do Estado do Rio de Janeiro

Rua Prof. Heitor Carrilho, 81
Centro - Niterói - RJ - CEP 24030-230
Assessoria de Comunicação Social - ASCOP
Tels: (21) 2717-4682

Endereço eletrônico:
oprelo@imprensaoficial.rj.gov.br

Editado pela Assessoria de
Comunicação Social da Imprensa Oficial

Assessora de Comunicação:
Andréa de Freitas Machado

Redatores:
Procópio Mineiro
Luiz Augusto Erthal

Estagiários:
Mariana Florito
Priscilla Daumas
Juliana Araújo
Ricardo Chau
Thiago da Mata

Programação Visual:
Regina Leitão
Angela Duque
Luís Fernando da Silva Reis

Revisão:
Assessoria de Comunicação Social
da Imprensa Oficial

IMPRESSA NO PARQUE GRÁFICO DA
IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NESTA EDIÇÃO

CAPA

04 Imprensa Oficial inaugura a Sala de Cultura Leila Diniz - Arte e Cultura da Região Metropolitana

HISTÓRIA

08 'Você era um estranho e o Brasil o acolheu'

MUSEU

14 Casa de Oliveira Vianna – A morada do pensamento brasileiro

PROCÓPIO MINEIRO: Obituário

18 Um jornalista que não se rendeu



ENCARTE ESPECIAL

**Jorge Salles,
o desenhista do Rio**

ARTIGO

19 MALDITA—A rádio que virou lenda do Rock brasileiro

MUNICÍPIOS

20 DUQUE DE CAXIAS

De engenho de açúcar à maior refinaria do Brasil

FOTOGRAFIA

26 Fotojornalismo - A arte de imortalizar a notícia

LIVROS

30 UFF— De livraria universitária a espaço cultural

BIBLIOTECA

31 Acervo de 12 mil obras compõe a casa da memória fluminense

MEIO AMBIENTE

33 Piscinão De São Gonçalo



AS OPINIÕES EMITIDAS NAS MATÉRIAS SÃO DE RESPONSABILIDADE
EXCLUSIVA DOS AUTORES

Portas abertas para a arte e a cultura da Região Metropolitana

Sala de Cultura Leila Diniz, inaugurada em julho, oferece espaço gratuito para artistas de Niterói e municípios vizinhos

Fotos: Assessoria de Comunicação da Imprensa Oficial



A exposição sobre os 80 anos do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro inaugurou o espaço cultural

PROCÓPIO MINEIRO

Inaugurada em 1º de julho, sob o signo da inovação, a Sala de Cultura Leila Diniz celebrou os 80 anos do Diário Oficial, comemorados na mesma data e a modernização da empresa iniciada em 2007. Após descerrar a placa de inauguração, a cineasta Janaína Diniz deixou uma mensagem no painel interativo, na entrada da sala: “Que este seja um espaço de ocupação cultural! Liberdade para a expressão artística”. E é sob a égide do incentivo cultural que a Sala de Cultura, ao lado da sede da Imprensa Oficial, está de portas abertas aos artistas da Região Metropolitana, oferecendo o espaço sem custos para os outros. Com 240 metros quadrados, as instalações foram projetadas para abrigar diferentes manifestações

artísticas. Projetos devem ser enviados para o saladecultura@imprensaoficial.rj.gov.br.

“A lembrança do nome de Leila Diniz para esta Sala é uma homenagem que Niterói estava devendo a minha mãe, uma mulher-símbolo de uma época e inspiradora de toda uma geração. Demorou, mas chegou o momento, através desta lembrança da Imprensa Oficial. É preciso ainda dizer que esta decisão de incentivar os artistas, ao ajudá-los a expor sem custos, tem tudo a ver com o legado libertário de Leila Diniz. Minha mãe praticou a liberdade e a transparência e aqui se cultuará a liberdade de expressão de todo o povo que trabalha com a cultura. A Imprensa Oficial está de parabéns e mais uma vez faz história

na cultura de Niterói e do Estado do Rio de Janeiro”, destacou Janaína, durante a inauguração.

A atriz Leila Diniz quebrou tabus, servindo de inspiração para o momento atual, em que as mulheres conquistaram sua autonomia e espaço. Leila Diniz será sempre símbolo de alegria, simpatia e ousadia, por inovar através de ideias e atitudes a frente do seu tempo.

O simbolismo libertário de Leila Diniz foi destacado também pelo subsecretário estadual de Comunicação Social, Ricardo Cota, que lembrou o fato de o presidente da Imprensa Oficial, Haroldo Zager, responsável pela escolha do nome da sala, ter trabalhado nos anos 1970 em *O Pasquim*, quando foi publicada uma memorável

entrevista de Leila Diniz. A reportagem marcou época e deu projeção às idéias vanguardistas defendidas pela atriz, exatamente no período em que a Ditadura Militar se esmerava na sua política mais repressiva.

O prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira, por sua vez, comemorou a abertura do novo espaço como um enriquecimento para a cidade, já tradicionalmente uma comunidade geradora de arte e cultura. “A Sala Leila Diniz é a cara de Niterói”, saudou.

Também estiveram presentes no evento o secretário estadual do Trabalho, Sérgio Zveiter; o subsecretário da Região Metropolitana, Alexandre Felipe; o presidente da Fundação de Arte de Niterói, Marcos Sabino; o prefeito de Rio Bonito, José Luiz Alves Antunes; o chefe de gabinete da Casa Civil, Arthur Vieira Bastos; o presidente do RioPrevidência; Gustavo Barbosa; a superintendente estadual de Museus, Márcia Bibiani; a diretora da Biblioteca Estadual de Niterói, Glória Blauth; e a presidente do Instituto de Pesos e Medidas (Ipem), Soraya Santos. Outras presenças ilustres foram o presidente da Folha Dirigida, Adolfo Martins, do presidente do jornal O Fluminense, Alexandre Torres e da presidente da Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (Andef), Tânia Rodrigues. Além de intelectuais como o escritor Luís Antônio Pimentel, de 99 anos, considerado uma das maiores expressões da moderna literatura fluminense, e o bibliófilo Carlos Mônaco, o músico João Carino e representantes da Associação Fluminense de Jornalistas e do Sindicato dos Artistas de Niterói.

EXPOSIÇÃO

A inauguração da sala marcou também a abertura da exposição sobre os 80 anos do Diário Oficial do Estado do Rio, organizada com a colaboração da diretora do Museu do Ingá, a historiadora e museóloga Dora Silveira. A exposição mostrou, a partir das capas do D.O., a evolução do processo gráfico na empresa. O público pôde conhecer objetos e equipamentos utilizados para produzir o jornal desde o tempo da litografia, com a exibição da pedra litográfica (pedra sabão) utilizada para impressão.

Foto: Ass. de Comunicação da Imprensa Oficial



Foto: Ass. de Comunicação da Imprensa Oficial



Janaina Diniz, filha de Leila e do cineasta Ruy Guerra, falou na solenidade de inauguração sobre o legado de sua mãe e conversou animadamente (acima) com o poeta Luiz Antônio Pimentel

Foto: Ass. de Comunicação da Imprensa Oficial



O presidente da Imprensa Oficial, Haroldo Zager, o subsecretário de Comunicação do Governo, Ricardo Cota, Janaina Diniz e o prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira descerram a placa inaugural da Sala de Cultura

Foto: Ass. de Comunicação da Imprensa Oficial



Diversas personalidades ligadas à cultura fluminense prestigiaram a inauguração do novo espaço cultural

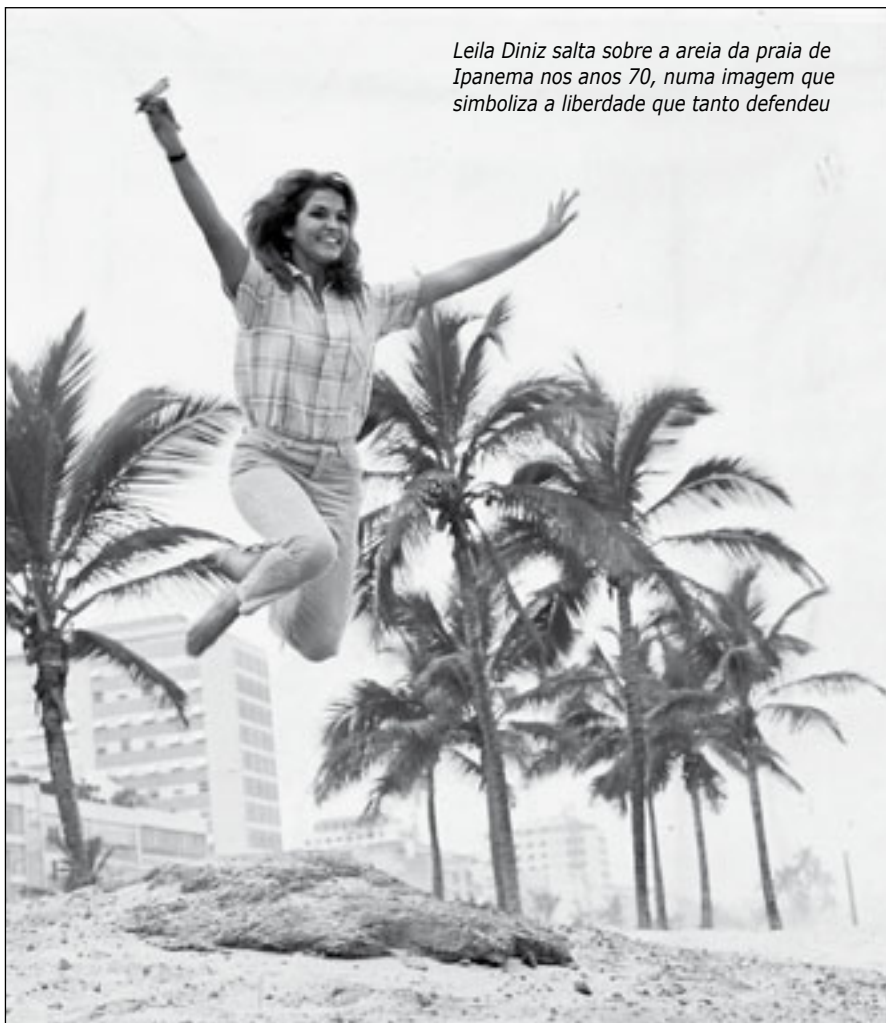
A mulher que inspirou uma geração inteira

A atriz niteroiense Leila Diniz não se caracterizou por um discurso partidário nem mesmo deu mostras de simpatias políticas explícitas – embora não escondesse sua antipatia ao regime militar –, mas herdou o pensamento libertário feminista que caracterizou algumas mulheres de destaque da Revolução Russa (ver *O Prelo*, nº 24, Dezembro 2010, matéria de capa: “1910-2010 – Os 100 anos da mulher”). Pode-se dizer que sua rebelião social expressou-se pela vivência de uma plena igualdade, na direção contrária à situação de subordinação tradicionalmente reservada às mulheres.

Marcou sua época e o feminismo daquele momento, onde quem ditava o movimento de liberação não eram mais as comunistas politizadas do início do século, mas uma feiosa e algo depressiva norte-americana chamada Betty Friedan, autora do influentíssimo livro “*The Feminine Mystique*”, de 1963, que pregava a superação do papel feminino de esposa e mãe como ideal de vida. Leila Diniz contradisse essa teoria, definindo seu feminismo tropical como a busca de uma plena igualdade jurídica e social entre o homem e a mulher, mas sem fugir ao determinismo dos gêneros. Queimar sutiãs não era a dela, nem pregar o lesbianismo. Ser plenamente mulher era o que ela mais gostava.

A entrevista ao humorístico-político-contestador *O Pasquim* (ver trechos da matéria na página ao lado) foi publicada na edição de novembro de 1969, onze meses depois do Ato Institucional nº 5 – editado pela Junta Militar no dia 13 de dezembro de 1968. A noite da ditadura já dominava o país e começara a época das violências contra qualquer pensamento que fugisse ao figurino imposto. A palavra, qualquer palavra fora do léxico do regime, já era a grande inimiga a ser vigiada e suprimida. A entrevista de Leila ignorou inteiramente o dicionário limitado do regime militar e provocou consequências terríveis para a vida da já consagrada

Foto: CPDOC/IB



Leila Diniz salta sobre a areia da praia de Ipanema nos anos 70, numa imagem que simboliza a liberdade que tanto defendeu

estrela do teatro, da televisão e do cinema, de apenas 24 anos.

Na conversa com os jornalistas Sérgio Cabral, Jaguar, Luís Carlos Maciel, Paulo Garcez e Tarso de Castro, Leila Diniz exibiu-se com total transparência. Não recusou resposta a pergunta alguma, mesmo as mais íntimas ou politicamente embaraçosas. Falou mal da censura, criticou os programas de baixo nível da televisão e condenou a orientação que o governo militar dava ao Instituto Nacional do Cinema (INC) – que dificultava a produção de filmes nacionais e sabotava o Cinema Novo, enquanto privilegiava o acesso dos filmes dos Estados Unidos ao mercado brasileiro. De si própria, deu um retrato completo, como pessoa, como mulher, como atriz.

A entrevista a *O Pasquim* revelou ao público e ao regime militar uma Leila Diniz ácida, crítica, independente, politizada – uma imagem

diferente daquela beleza e talento em forma de mulher que arrancava suspiros do público nas salas de cinema e ante as novelas da televisão, onde brilhava já há cinco anos, desde a primeira novela exibida pela recém-criada TV Globo – “*Ilusões Perdidas*”, 1965, contracenando com o galã Reginaldo Faria.

Em 1967, estreou “*A Rainha Louca*”, de Glória Magadan, e “*Anastácia, a mulher sem destino*”, iniciada por Emiliano Queiroz e completada pela estreadora Janete Clair, que, para corrigir os descertos da trama de Emiliano, limpou a cena com um providencial terremoto, onde pereceram dezenas de personagens, sobrando apenas a heroína da trama, Leila Diniz (que representava ao mesmo tempo Anastácia e a filha de Anastácia) e mais dois destaques. Outro absoluto sucesso.

Um contrato mais vantajoso, porém, a levou à TV Excelsior, em

1968 (“O Direito dos Filhos”) e, em 1969, à TV Rio (“Os acorrentados”, de Janete Clair).

No cinema, estrelou “O mundo alegre de Helô” (1966), de Carlos de Souza Barros; “Jogo perigoso” (1966), de Luiz Alcoriza - roteirista de Luis Buñuel; e “Todas as mulheres do mundo” (1966), de seu já então ex-marido Domingos de Oliveira, cujo roteiro se inspirava em cenas reais dos três anos em que foram casados. Ainda em 1966, fizera mais cinco filmes, com Domingos de Oliveira, “Edu coração de ouro”, com cenas de sua vida real; Nelson Pereira dos Santos, “Fome

de amor” e “Azylo muito louco”; e Carlos Coimbra, “Madona de cedro” e “Corisco, o diabo louro”.

O AI-5 foi implacável com a entrevista de Leila Diniz. As palavras da atriz contra a censura – instrumento-mor da ditadura – logo geraria um decreto instituindo a censura prévia, que, se existisse antes, teria evitado a publicação de sua fala no Pasquim. Foi o “Decreto Leila Diniz”, no jargão da oposição.

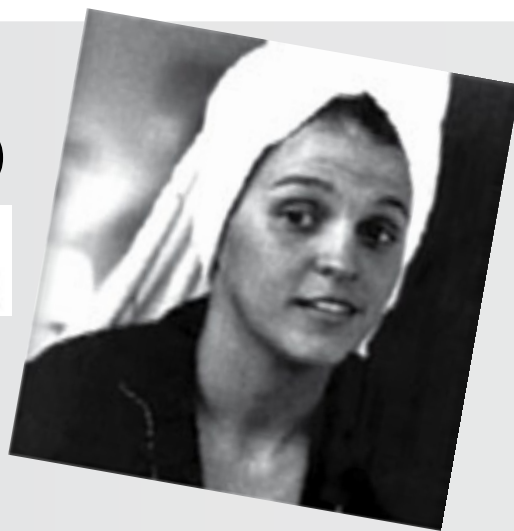
Em 1971, ficou grávida do cineasta Ruy Guerra e ousou ao exibir a barriga na praia de Ipanema, de biquíni, causando mais um rebuliço e quebrando outro tabu. Grávidas de

todo o Brasil se sentiram liberadas para usar biquíni e tomar banho de mar.

Alegre, ousada, simpática e espontânea, a eterna rainha da Banda de Ipanema morreu em 14 de junho, num acidente de avião, quando voltava do Festival de Cinema da Austrália, onde representou o filme “Mãos vazias”, de Luís Carlos Lacerda. A morte comoveu o Brasil, a quem ela conquistara com sua graça, autenticidade e talento, em uma vertiginosa carreira, onde brilhou em meia dúzia de peças de teatro, 11 novelas e 12 filmes – no espaço de apenas oito anos.

A ENTREVISTA AO

O PASQUIM



“Eu espero ainda amar muitos homens na minha vida. Vou amar sempre.”

“Eu acho bacana ir pra cama (*só pelo desejo*). Eu gosto muito, desde que dê aquela coisa de olho e pele, de que eu já falei. Eu não acredito nesse amor possessivo, acho chato. Você pode amar muito uma pessoa e ir para a cama com outra. Isso já aconteceu comigo. (...) Quando o negócio está bacana, geralmente eu sou fiel. (...) Já amei gente, já corneei essa gente, e elas entenderam e não teve problema algum. No fundo eu sou uma mulher meiga, adoro amar, não quero brigar nunca, e queria mesmo é fazer amor sem parar. Eu adoraria isso. Mas enquanto eu não posso, não vou me acomodar a uma série de pessoas que para mim não significam nada.”

“Esse negócio de lesbianismo é uma coisa de carência afetiva. Todo mundo quer ser amado. Como homem e mulher foram criados com muitos problemas, e o que eles devem fazer seria feio ou pecado, etc..., duas mulheres acabam querendo se apoiar uma na outra. Eu acho o lesbianismo triste por causa disso.”

“O INC (*Instituto Nacional do Cinema*) é muito sacana. Eu vi muita gente tomar atitude bacana, muito luta no Cinema Novo, que o INC não apoiou. O INC tem preconceito contra o Cinema Novo. A gente faz é cinema. E o INC não faz nada pelo cinema brasileiro, que é função dele. (...) Eles só estão a fim de que sejam vendidos, vistos e gostados os filmes estrangeiros. Logo, eles são uns filhos da (*).”

“Não admito (*censura*) de jeito nenhum. Foi o que perguntei aos censores: que tipo de preparo tem uma pessoa que vai julgar e censurar uma obra de arte? Censura é ridículo, não tem sentido nenhum. (...) Não consigo entender qual é a deles. Censuram filmes e não censuram programas (*de televisão*) em que as pessoas, para casar, são vendidas como alface, ou são esculhambadas como se fossem cocô.”

'Você era um estranho e o Brasil o acolheu'



Foto: Coleção Leopoldino Brasil/Uerj/FFP

Museu na Ilha das Flores, em São Gonçalo, contará a história da primeira hospedaria de imigrantes do país por meio de depoimentos e fotos de quem se abrigou no local

PRISCILLA DAUMAS

"RUMO AONDE, MEU DEUS? AGORA, PARA ONDE ESTAMOS INDO?", se perguntava Ana Tonicic, imigrante da antiga Iugoslávia, no dia 15 de fevereiro de 1952, após chegar ao porto do Rio de Janeiro no navio a vapor Castelbianco e, novamente, embarcar em um pequeno barco. A mesma pergunta deve ter passado pela cabeça da pequena Elke Giorgierena Grunnupp Evremides, de apenas seis anos. O destino era a Ilha das Flores, São Gonçalo, onde estava instalada a primeira hospedaria para imigrantes do Brasil. A história de Ana, de Elke, mais conhecida como Elke Maravilha, e de pelo menos outros 300 mil imigrantes que chegaram ao Estado, entre 1876 e 1966, foi resgatada e poderá ser conhecida em um museu a céu aberto, previsto para ser inau-

gurado ainda este ano. O Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores é resultado da parceria da Marinha brasileira, que é proprietária das terras onde funcionará o espaço, e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

O objetivo é tornar a ilha um espaço cultural para o estado do Rio de Janeiro e mostrar para a população a história do local. A hospedaria é um símbolo da importância dos movimentos migratórios na formação da identidade cultural dos brasileiros. O Centro de Memória será, nas palavras do professor da Uerj e um dos coordenadores do projeto, Luís Reznik, "um belo lugar onde as pessoas se sensibilizarão com a nossa história, construída a partir dessa diversidade cultural".

"Você era um estranho e o Brasil o acolheu", essas eram as palavras escritas em um cartaz que recebia

os viajantes que desembargavam, conta Marilene Martins de Almeida, filha de Jorge Martins de Almeida, antigo diretor da hospedaria. Assim que chegavam, os imigrantes preenchiam um protocolo e eram registrados. Passavam por inspeção médica no gabinete sanitário e eram encaminhados para os alojamentos (que chegaram a ter, ao todo, 1500 beliches), onde recebiam cobertores e material de higiene. Na própria ilha, empregos eram oferecidos por agentes de empresários e agricultores.

Entre os destinos mais comuns estavam o sul do país, Espírito Santo e São Paulo.

Em 2009, Ana Tonicic voltou à Ilha para gravar um dos depoimentos que integram a pesquisa e foi convidada a plantar uma roseira, em homenagem a todos os imigrantes que por lá passaram. O grupo de pesquisa "História de São Gonçalo:



O alojamento em dois tempos: quando era dormitório masculino dos imigrantes...



...e hoje, com suas características arquitetônicas ainda preservadas

memória e identidade”, foi responsável pela criação de um banco de entrevistas, imagens, organização de uma biblioteca temática, pesquisas monográficas e alguns vídeos (“Vila Lage” e “Hospital Luiz Palmier”).

No mesmo ano, o pesquisador Henrique Mendonça tinha a intenção de produzir um documentário sobre a Ilha das Flores. A ideia era fazer algumas imagens na ilha onde, atualmente, funciona o Comando da Tropa de Reforço do Corpo dos Fuzileiros Navais, e que possui vários prédios com as características da época da hospedaria preservadas, como os alojamentos, a casa do farmacêutico e a capela de Santa Terezinha. Mas, diante da riqueza do material recolhido e do apoio da Marinha, especialmente do Contra-Almirante Jorge Mendes, na época comandante da Tropa de Reforço, a ideia de um museu aberto a visitação pública tomou forma.

Em 2010, começou o trabalho para que o projeto saísse do papel. Os pesquisadores se debruçaram em registros históricos e tiveram acesso às listas de passageiros e livros de registros graças ao apoio do Arquivo Nacional. O grupo também recebeu a doação de fotos dos álbuns de família de Martins de Almeida, que foi diretor da ilha, e de Leopoldino Brasil – membro da segunda geração da família que trabalhou lá. Entre os entrevistas, está a da última

letra de imigrantes que chegaram à ilha, como a da ex-modelo Elke Maravilha. No total, o grupo de pesquisa já obteve 36 horas de gravação de depoimentos com 19 imigrantes. Com as informações coletadas, foi montado um roteiro de visita para a ilha.

“Totens com dados com texto e imagens estarão em locais estratégicos, como alojamentos, o Cais do Bote (onde os imigrantes embarcavam para ir até São Gonçalo fazer compras ou procurar emprego) e em frente ao Morro do Carvalho”, adiantou Rui Aniceto, um dos professores da Uerj que trabalha no projeto.

Os visitantes serão guiados por alunos bolsistas da universidade. Ainda em 2011, começa a visitação à ilha como museu aberto e estará na internet a página do Centro de Memória que disponibilizará

textos com informações, imagens da ilha e da hospedaria, e vídeos com depoimentos de imigrantes e ex-funcionários.

“Queremos contar a História a partir da memória das pessoas, os motivos que as levaram a ‘fazer a América’, o cotidiano na Ilha, os primeiros anos no Brasil. Daí a importância dos depoimentos em vídeos e dos álbuns de família”, conta Henrique Mendonça.

É prevista ainda a construção de dois novos prédios. Um deles irá receber os visitantes e terá uma sala de vídeo que exibirá um curto documentário (de 7 a 12 minutos), produzido pelo próprio grupo, sobre a hospedaria. O segundo espaço abrigará uma exposição de longa duração sobre a imigração no estado do Rio de Janeiro.

O centro contará ainda com fotografias, jornais, depoimentos em vídeo e espaços cenográficos, onde será, por exemplo, debatida assuntos como o choque dos diferentes hábitos alimentares com a comida brasileira. “Na hora do almoço se encontrava todo mundo junto no refeitório para almoçar. A maior surpresa foi o arroz com feijão”, conta no depoimento a croata Graziela Andreani, que chegou ao Brasil em 1951, com doze anos.

História – A ilha já foi uma fazenda destinada à piscicultura e era, até a primeira metade do século XIX, chamada de Ilha de



O cais que recebia imigrantes continua em funcionamento no Cenatré

Santo Antônio. O nome Ilha das Flores começou a ser usado na época que era propriedade de Delfina Felicidade do Nascimento Flores, foi comprada, em 1883, com a Ilha do Engenho e Ananazes, pelo Ministério da Agricultura. A hospedaria entrou em funcionamento no mesmo ano, sendo controlada pela Inspeção Geral de Terras e Colonização – órgão criado, em 1876, encarregado de regular desde a entrada dos imigrantes até a instalação nos locais de destino.

“Foi construída toda uma estrutura com dormitórios para homens e mulheres, enfermaria, refeitório, casa de médicos. Três mil pessoas podiam ser hospedadas por vez na ilha, que chegou a receber um milhão de imigrantes até parar de funcionar. Muitos vieram refugiados da Segunda Guerra, da Itália, antiga Iugoslávia e Ucrânia. Para se ter uma ideia, 85% dos alemães que chegaram ao Brasil, até 1920, entraram pela Ilha das Flores”, conta o pesquisador Henrique Mendonça, um dos coordenadores do projeto.

Nos 90 anos de funcionamento da hospedaria, portugueses, italianos, austríacos, alemães, espanhóis, polacos, gregos, russos, franceses, ingleses, coreanos, húngaros, cubanos, haitianos, e outros desembarcaram no cais.

A Ilha das Flores contava com um hospital, mas não era somente um lugar de quarentena. Se o imigrante não se curasse ou não conseguisse emprego, podia ultrapassar os oito dias estipulados para a sua estadia. Lá, dispunham de moradia (alojamentos), alimentação (refeitório), atendimentos médicos (hospital, farmácia), escola, lavanderia e área de lazer (havia praia para imigrantes e funcionários, outra para o diretor). Em alguns momentos, podiam deixar a ilha pelo Cais do Bote e chegar ao continente pelo porto de Neves ou pelo atracadouro do Paiva, em São Gonçalo.

Para fazer com que todos os serviços fossem executados, a ilha tinha administrador, médicos, enfermeiros, carpinteiros, cozinheiros etc. Alguns funcionários moravam na local, como a família de Leopoldino Brasil, e muitos trabalhavam

Foto: Coleção Leopoldino Brasil/Uerl/FFP



Getúlio Vargas visita a ilha em 1939, convidado para um churrasco pelas altas patentes do Ministério da Marinha

em plantões por viverem no continente. Diante da infraestrutura para o acolhimento dos imigrantes, a hospedaria chegou a ser considerada “repartição modelo”, por sua estrutura e organização. Cada grupo de uma mesma nacionalidade ocupava um único alojamento e tanques biológicos tratavam a água e esgoto da ilha.

Na Primeira Guerra Mundial, em 1917, a ilha, provisoriamente, ficou sob a tutela da Marinha, sendo devolvida ao Ministério da Agricultura, em 1919. Com o governo de Getúlio Vargas, em 1931, a Hospedaria passou a ser administrada pelo Ministério do Trabalho, mas continuou com as funções de acolher e encaminhar imigrantes às áreas de plantio no país.

A ilha, no entanto, não foi passagem apenas para os imigrantes, e recebeu a visita de personalidades como o Presidente Prudente de Moraes, que apareceu na hospedaria para demitir funcionários que estavam desviando a alimentação. O próprio Getúlio Vargas foi convidado, em 1939, para um churrasco, pelas altas patentes do Ministério da Marinha.

A hospedaria teve ainda outras funções. Em 1915, acolheu temporariamente pessoas sem teto; em 1917, recebeu retirantes nordestinos devido à seca daquele ano; e, em

1932, serviu como presídio político para os combatentes da Revolução Constitucionalista, o levante paulista contra o governo provisório de Vargas e a favor da convocação de uma Constituinte. A partir daí, a ilha foi dividida: o sul recebia os imigrantes e funcionários da hospedaria; o norte funcionava como presídio político.

O Brasil foi um dos primeiros países a assinar a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, que definiu o conceito de refugiado, seus direitos e deveres. E, logo após a Segunda Guerra Mundial, chegaram à hospedaria os refugiados de guerra. Diferente dos imigrantes anteriores, eles receberam 180 cruzeiros de ajuda de custo.

De 1953 a 1965, a hospedaria recebeu aproximadamente 10.062 imigrantes. Ainda oficialmente em atividade, em 1966, foi instalado o Centro Nacional de Treinamento (Cenatre) na Ilha das Flores. O Ministério da Marinha tomou posse da ilha, em 1969, conseguindo a transferência definitiva em 1978.

Atualmente, a Ilha das Flores está unida ao continente, na altura do Bairro de Neves, devido ao aterramento para a passagem da Rodovia BR101 (Niterói – Manilha) e abriga um Complexo Naval. Muitas construções estão conservadas, mas com novos usos e funções.

IMIGRAÇÃO

Um novo mundo para africanos, europeus e asiáticos

Foto: Arquivo Família Cantoni



Família Cantoni é um exemplo de imigrantes europeus que construíram nova vida no Brasil

PROCÓPIO MINEIRO

O BRASIL TORNOU-SE UM PORTO de chegada, de sofrimentos e também de reconstrução de vidas para pessoas das mais diferentes origens desde que foi descoberto, em 1500, quando dois criminosos portugueses, condenados a exílio, foram deixados para trás pela esquadra de Pedro Álvares Cabral. Logo o interesse econômico pelo pau-brasil passaria a espalhar portugueses ao longo da costa, impulso multiplicado pela expansão das lavouras de cana-de-açúcar que semearam engenhos e aglomerações humanas, origem de muitas cidades atuais.

Território fechado a outros estrangeiros durante os três primeiros séculos de colonização, no período o Brasil ficou reservado aos índios, aos colonos portugueses e aos escravos negros. O país recebeu cerca de 3,5 milhões de africanos, segundo a estatística mais aceita, e pouco mais de 1 milhão de portugueses. Nos dois primeiros séculos, entraram 510 mil negros, a uma média de 2.550 por ano. Mas, a partir das descobertas das minas e a interiorização da ocupação, o afluxo desses trabalhadores forçados chegou a 2,678 milhões entre 1701 e 1829, uma média anual de 26 mil africanos, que baixou para 24 mil ao ano no período de 1830 a 1855. Deve-se lembrar que esta altíssima média anual, a partir de 1830, ocorreu quando o tráfico já estava oficialmente proibido – o que

demonstra a força política e econômica do sistema escravista, que envolvia os potentados rurais (que eram também os principais políticos) e o lucrativo sistema de captura e transporte oceânico dos negros.

Em 1884, o número de cativos já se reduzira daquele 1,6 milhão, de 13 anos antes, para 1,2 milhão e, quatro anos depois, no momento da abolição, estava em torno de 700 mil. Na região de economia mais dinâmica, a do café, baixara de cerca de 750 mil escravos para apenas 460 mil em apenas 7 anos, de 1880 a 1887, uma redução anual de 41 mil escravos, por mortes, libertação e fugas, de acordo com Alair Eduardo Scisínio, no livro “Dicionário da Escravidão”.

Imagine-se a crise de mão-de-obra, quando a cafeicultura estava em plena expansão, estendendo suas lavouras ano a ano, enquanto a escravatura se reduzia. Negros agricultores alforriados raramente ficavam no campo e tratavam de buscar vida nova nas vilas e cidades, esvaziando as fazendas.

A ONDA EUROPEIA

Mudar de lugar – e com a certeza de nunca mais voltar – é consequência de uma decisão autônoma ou de uma situação de força maior. No caso dos africanos, foi a submissão pela força, após caçadas implacáveis, que espalharam os negros pelas Américas por mais de três séculos na condição de

“animal de trabalho”, desumanizados, sem direitos individuais.

No caso dos emigrantes europeus, deve-se levar em conta que o século XIX foi um período convulsionado, pois as grandes transformações políticas e econômicas na Europa levaram a deslocamentos de população, crises de emprego, mudanças bruscas nas estruturas sociais, rearrumação agrária ante a predominância paulatina da economia urbana industrial e a expansão da agricultura capitalista, concentradora de terras – e toda essa agonia estimulou a decisão autônoma de emigrar, buscar melhores condições para viver.

Assim, o Brasil sofria uma crise de mão-de-obra no período em que crescia na Europa a parcela da população deslocada, desempregada ou temerosa do futuro. A primeira metade do século já tinha sido abalada pela Revolução Francesa, que Napoleão tratou de semear pelo continente. A segunda metade terá a unificação italiana, fruto de décadas de agitação e mudanças políticas e econômicas nas cidades e no campo, e a unificação alemã, em 1871, ao cabo de uma guerra devastadora contra a França.

Desse modo, são italianos e alemães, mas também espanhóis e portugueses – logo depois também eslavos – as principais levas de europeus que passam a chegar ao Brasil, para formar colônias no Sul ou substituir o trabalho escravo nas fazendas cafejeiras do Sudeste.

PORTUGUESES

A entrada de portugueses aumentou neste período. Mesmo com a interrupção que se verifica após 1822 e se estende até por volta de 1835, período em que o nascente Brasil independente passou a detestar tudo que lembrasse os antigos dominadores, calcula-se que outro milhão de portugueses entrou no país durante o século XIX, principalmente na segunda metade do século, quando a luta abolicionista (a política, no Parlamento e nos jornais, e a das ruas, com organização de fugas e promoção de alforrias) criou o consenso da urgência de mão-de-obra livre.

A tradição emigratória dos portugueses prendera-se, nos séculos anteriores, às exigências da colonização e, no caso do destino ao Brasil após 1822, aos anseios de progredir, já que Portugal não propiciava. No século XX, outro milhão de portugueses entraram no Brasil, especialmente nos períodos de 1901-1930 (750 mil) e 1950-1963 (310 mil), grande parte deles passando pela Hospedaria da Ilha das Flores.

ITALIANOS, ESPANHÓIS, ALEMÃES, ESLAVOS

Cerca de 4,5 milhões de europeus vieram para o Brasil entre 1850 e 1930, um período em que nada menos de 50 milhões de pessoas deixaram a Europa em busca de uma vida melhor em outras terras. Hoje região cobiçada por deslocados de nações em crise, a Europa daquele tempo é que se livrava dos milhões de pessoas que não encontravam lugar em meio às profundas mudanças em curso nos seus diversos países. Os países receptores puderam contar com uma avalanche de gente nova que, ao longo dos últimos 180 anos, ajudou a criar o Brasil moderno.

Logo abaixo dos portugueses, os italianos formaram o segundo grupo em volume a desembarcar no Brasil, em especial em São Paulo, para as lavouras de café ou para o exercício de profissões urbanas. No período de 1871 a 1900, foram 800 mil, uma média de 26 mil desembar-

Foto: Coleção Leopoldino Brasil/Uerj/FFP



Um grupo se diverte na Praia do Abricó: lazer de imigrantes e funcionários

ques anuais, o que permite imaginar o movimento do setor encarregado de fazer a triagem e o encaminhamento desses imigrantes, com as hospedarias de imigrantes. Espalharam-se também por Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Já os espanhóis começaram a chegar em grande quantidade a partir de 1880 e, nos 80 anos seguintes, somaram um contingente de 750 mil pessoas emigradas sobretudo de duas regiões – a Galícia e a Andaluzia. As fazendas de café também foram o principal destino da maioria.

Segundo dados do IBGE, existem hoje no Brasil cerca de 5 milhões de descendentes dos 250 mil imigrantes alemães, que começaram a chegar em 1818, aumentando as levas em 1824, 1827, 1829 e sobretudo a partir de 1850. Nos 100 anos seguintes, entrariam cerca de 180 mil alemães, marcando presença em especial em colônias no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mas também em Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, e ainda no Espírito Santo e em Minas Gerais (Juiz de Fora).

Os eslavos (poloneses, ucranianos, russos, lituanos) começam a

imigrar em meados do século XIX, formando um grupo de aproximadamente 150 mil pessoas, que se fixaram na região Sul, especialmente no Paraná.

A NOVA ONDA

Os japoneses, em 1908, inauguraram uma nova corrente imigratória, a dos asiáticos, e representaram uma solução emergencial, devido à redução da onda italiana

naquele período em que Roma decidiu protestar pela semi-escravidão a que eram submetidos seus nacionais nas fazendas cafeeiras. Desesperados por mais braços, os fazendeiros acharam nos nipônicos a solução. Dos quase 250 mil japoneses entrados no país no século XX, 200 mil foram para a lavoura do café em São Paulo, os demais se espalhando pelo Paraná. Hoje, seus descendentes se ocupam ainda de atividades rurais, mas grande parte exerce atividades urbanas. É de se notar que alguns milhares desses descendentes voltaram ao Japão, contratados como operários a partir dos anos 1980.

“Coreanos do sul e chineses de Taiwan reforçaram a imigração asiática a partir de 1960, calculando-se que hoje formam, com os descendentes, uma comunidade de 250 mil pessoas em São Paulo, Rio e outras cidades, uma vez que se caracterizam por atividades urbanas.

Também ligados a trabalhos urbanos são os sírios e libaneses, chamados de turcos, e que, a partir de final do século XIX, chegaram ao país, formando um grupo de 70 mil imigrantes do Oriente Médio.

O Centro de Memória da Ilha das Flores vai recriar grande parte desse movimento humano, de gente sofrida que se despedira de sua terra natal e que desembarcava na Baía de Guanabara atrás de melhores oportunidades de sobrevivência. Nesta terra de encontros, uma ilha de memórias ensinará um importante capítulo de nossa História, permitindo a muitos religar o próprio presente a um momento delicado de seus antepassados.



Foto: Divulgação

O Kasato-Maru, que trouxe a primeira leva de imigrantes japoneses, no porto de Santos

A saga de um casal de italianos

A grande onda de imigração européia e asiática já completou um século e daqueles sofridos e esperançosos homens e mulheres, que se lançavam a um desafio de vida e morte numa terra desconhecida, hoje estão por todos os cantos do Brasil os descendentes de terceira e quarta gerações. É uma história muito fácil de entender, neste país de imigrantes e migrantes: busca-se trabalho, essencialmente, onde o trabalho pareça oferecer perspectivas de sobrevivência e melhoria de vida. Foi o caso dos Cantoni, que, passando pela Ilha das Flores, na Guanabara, foram para Juiz de Fora e, de lá, passaram por fazendas, trabalhando em cafezais da região, em péssimas condições de vida e trabalho.

A professora Nilza Cantoni, de Petrópolis – casada com um dos filhos da segunda geração de Giuseppe Cantoni e Carolina Vespignani, o casal fundador dessa saga –, tornou-se a historiadora da família e da imigração italiana em Leopoldina, na Zona da Mata de Minas Gerais. Em sua página www.cantoni.pro.br, ela conta o início da novela, que completamos através de entrevista, feita através de um “bate-papo”, na internet.

Os Cantoni viviam na região de Lugo di Ravenna e Giuseppe e seu pai eram trabalhadores rurais volantes – iam atrás de trabalho em fazendas dos outros. Giuseppe e Carolina, casados e sem filhos, desembarcaram no Rio em agosto de 1896, trazendo o velho Giovanni, de 73 anos, pai de Giuseppe. Ficaram poucos dias na Ilha das Flores, porque já no dia 22 de agosto estavam entrando na Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa, de Juiz de Fora. Logo foram contratados pelo fazendeiro Joaquim Fabiano Nogueira Alves, de Mar de Espanha, e a historiadora

Da Ilha das Flores, os Cantoni partiram para uma fazenda em MG

Terceira geração da família deixa para trás dos cafezais e cursa 3º grau

Nilza encontra seus rastros também na Fazenda São Mateus, entre Juiz de Fora e Matias Barbosa, onde foram escravizados e empreenderam uma fuga desesperada numa madrugada fria.

Já no bairro Tapera, em Juiz de Fora, onde, segundo Nilza Cantoni, se aglomeravam muitos italianos na mesma situação – fugidos de fazendas – vieram os filhos Emília e João. Foi uma época em que Giuseppe se tornou o “queridinho” das madames, segundo insinua Nilza Cantoni, baseando-se em informações da sogra Emília, porque sua banca de feira oferecia as melhores verduras e legumes.

A freguesia era boa, mas o dinheiro ainda era pouco. E sobreveio a primeira tragédia: Carolina queimou-se num acidente doméstico e morreu, em 1912. A segunda tragédia ocorreu em 1917, quando Giuseppe faleceu e Emília, 15 anos, e João, 12, ficaram sozinhos, porque o avô, Giovanni, já morrera muitos anos antes. Mas a solidariedade dos vizinhos, tão pobres quanto eles, abrigou os dois adolescentes órfãos até que construíssem a própria vida.

Pouco depois, ambos estavam trabalhando: João, na fábrica de tecidos Meurer, onde foi operário até se aposentar nos anos 50, e Emília, como costureira. Aos 24 anos, Emília se tornou dona-de-casa ao casar-se com o neto de português Lindolpho Augusto dos Santos, operário da fábrica de cigarros Souza Cruz.

João morou com a irmã e o cunhado. A vida não deveria ser fácil, porque João só se sentiu financeiramente seguro para casar aos 35 anos (1940), com uma descendente de italianos e portugueses. Nesse meio tempo, juntando as economias com

o cunhado, os dois tinham comprado uma casa, onde ficam morando os dois casais com os três primeiros filhos de Emília e Lindolpho, nascidos em 1936, 1937, 1940 – a segunda geração brasileira dos Cantoni. João e Jandira Ribeiro teriam um único filho e Emília mais dois (1943, 1944). Esta segunda geração trabalhou em comércio, bancos e fábricas e apenas um chegou ao Ensino Médio.

A terceira geração brasileira dos Cantoni começou a aparecer entre 1960 e 1981 e são nove mulheres e três homens, entre os quais já se formam um militar, um advogado, uma agrônoma, uma psicóloga, uma promotora pública, uma administradora, uma estatística e uma economista. A escolarização tinha avançado e os cafezais e as hortas viraram história.

Hoje, a quarta geração é formada por dois bisnetos, ainda crianças, de João (morto em 11 de março de 1975, aos 70 anos), e por 10 bisnetos – a maioria ainda menores – de Emília (morta em 11 de setembro de 1993, aos 91 anos). Dos quatro bisnetos de Emília acima de 18 anos, um já é advogado e dois estudam Agronomia e Direito. Tal como os pais Giuseppe e Carolina, Emília e João estão enterrados em Juiz de Fora.

“Como vê, uma família comum, que hoje podemos definir como típica classe média, que se formou ao longo de 114 anos, desde o desembarque de Giuseppe e sua Carolina, em companhia do velho Giovanni em 1896”, diz Nilza Cantoni. Hoje, os Cantoni brasileiros estão espalhados por Juiz de Fora, Campinas, Niterói, Rio de Janeiro, Florianópolis e Anita Garibaldi, em Santa Catarina, ajudando a construir o Brasil com ferramentas bem diferentes daquelas que manejaram as mãos calosas de Giovanni, Giuseppe e Carolina. Uma novela real da vida de todos os que, numa terra estranha, entre saudades e sofrimentos, construíram uma vida nova. □

Assim como outros imigrantes, o casal chegou a ser escravizado

A morada do pensamento brasileiro

Foto: Ricardo Chau

Casa de Oliveira Vianna completa 100 anos e guarda intactas as lembranças e a obra de um dos mais importantes cientistas sociais do país

LUIZ AUGUSTO ERTHAL

TRÊS NOMES SÃO APONTADOS como pilares do pensamento nacional – Gilberto Freire, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, os “pais” da sociologia brasileira. À exceção do primeiro, pernambucano, os outros dois grandes “descobridores do Brasil” são fluminenses e deixaram marcas profundas no chão que lhes deu o berço – Euclides em Cantagalo, região serrana do Estado do Rio, e Oliveira Vianna em Niterói, a capital da “Velha Província”.

A hoje agitada Alameda São Boaventura, via de ligação entre a ponte Rio-Niterói e o Tronco Rodoviário Norte, caminho para a Região dos Lagos, Nova Friburgo, Campos e outros destinos do interior do estado, já foi um tranquilo e aprazível logradouro do tradicional bairro do Fonseca, em Niterói. Casarões antigos com ares aristocráticos ainda guardam a lembrança desses tempos apagados pela fumaça e poeira do trânsito vertiginoso dos dias atuais.

Bem no início da alameda, no número 41, situada no “Ponto Cem Réis”, como ainda hoje os niteroienses chamam a praça onde começa o Fonseca, encolhida atrás do jardim e entre dois prédios modernos, uma casa em estilo eclético, do início do século passado, guarda não só o acervo pessoal, mas as lembranças de uma vida – a vida de Oliveira Vianna, que ali residiu desde a inauguração do imóvel até a sua morte, há 60 anos.

A construção da casa foi concluída há exatos 100 anos pelo mestre carpinteiro José Mariano de Oliveira, pai do poeta Alberto de Oliveira. Talvez isso explique o caráter poético do lugar, quase uma ilha bucólica em meio à ari-



O acervo pessoal de Oliveira Vianna é preservado na casa em que morou, transformada em museu

dez da arquitetura moderna. Plantada no centro do terreno, possui varanda lateral e telhado em duas águas coberto por telhas tipo Marselha.

Da varanda se acessa as salas de visitas e de jantar, além da biblioteca onde se encontra a coleção de 12 mil volumes, entre livros, folhetos e periódicos do escritor. Na frente do imóvel, o jardim ostenta árvores frutíferas, um chafariz em pedra, um caramanchão e um pequeno bosque com árvores nativas.

Dentro da casa, tudo está do jeito que Oliveira Vianna deixou, há mais

de meio século – a escrivanhinha, sua poltrona de leitura, os móveis do quarto e da sala, além da majestosa biblioteca. Parece um museu – e é: o Museu Casa de Oliveira Vianna, administrado pela Secretaria de Cultura do Estado. O espaço é frequentado por estudantes e pesquisadores e está aberto à visitação de terça a sexta-feira, das 10 às 17h. A casa também pode ser visitada virtualmente, a partir do endereço www.museusdoestado.rj.gov.br. Visitas mediadas a grupos e escolas podem ser marcadas pelo telefone (21) 3601-8220. □



A mesa de trabalho do sociólogo intacta, com sua biblioteca de 12 mil volumes ao fundo

O homem e a marca de seu tempo

MÁRCIA MARIA DE JESUS PESSANHA*

Francisco José de Oliveira Vianna foi um dos mais influentes pensadores sociais do Brasil, na 1ª metade do século XX. E no Brasil, principalmente, nós não podemos nos esquecer de “Oliveira Vianna entre mitos, utopias e símbolos de brasilidade”, conforme sugestivo título de trabalho de E. Cancelli, de 2008.

Preferimos seguir a trilha dos símbolos de brasilidade, pois o sociólogo em tela, apesar das controvérsias de alguns intelectuais e críticos a respeito das idéias, concepções e valores expressos em sua obra, destaca-se pelo grande esforço que fez para descobrir e interpretar a realidade brasileira e compreender “o povo que somos”. Segundo Oliveira Vianna, escritor, sociólogo, jurista, e professor, os estrangeiros podem nos ter dado a chave da interpretação da evolução de nossa história social, mas não conheciam a realidade brasileira, o desenvolvimento de nosso país e a história da constituição de nosso povo. Por isso, concordar ou discordar das interpretações feitas deve ser o resultado de pesquisas muito bem fundamentadas.

Não podemos nos esquecer de Oliveira Vianna, porque ele se encontra na raiz das leis trabalhistas, no incentivo à criação dos sindicatos durante o governo de Getúlio Vargas.

Não podemos também esquecer que a 1ª obra que o consagrou como escritor, sociólogo e historiador – *Populações meridionais no Brasil* – publicada em 1920, durante muito tempo constituiu-se em importante referencial para a interpretação da cultura brasileira.

Devido à própria época em que viveu, no seu 1º livro notam-se influências da escola sociológica de Le Play, da Psicologia Coletiva de Le Bon e Tarde, da Antropo-sociologia e do racismo de Lapouge e de Gobineau. Encontram-se referências de que ele possa ter lido Marx e Weber. Ao pensar os sindicatos acreditava superar o espírito de clã e aumentar o compromisso social na sociedade brasileira. Encontramos também em alguns de seus textos indicativos do evolucionismo e do positivismo.

É de se notar que a intelectualidade brasileira era caudatária do pensamento

francês e alemão. Por isso, Oliveira Vianna no prefácio de *Populações Meridionais no Brasil* declara que “eles (os intelectuais) perdem a visão nacional de nossos problemas, perdem a noção objetiva do Brasil real e criam um Brasil artificial e peregrino sobre cujo fundo de florestas e campos, ainda por descobrir e civilizar passam e repassam cenas e figuras tipicamente européias.” Neste fragmento, o autor refere-se à alienação dos intelectuais brasileiros. Ele declara ainda que o Brasil possui especificidades que precisam ser estudadas para a criação de organizações adequadas à psicologia de nosso povo.

Segundo Inácio Strieder, devido à sua apresentação de categorias raciais, o sociólogo, em pauta, foi considerado racista, mas constata-se que a mentalidade dos pensadores de sua época estava impregnada pelas idéias do embranquecimento do Brasil.

Outro dado importante vinculado ao pensamento de Oliveira Vianna era a necessidade da formação de uma consciência nacional, pois sem isso o Brasil com toda sua diversidade seria

uma “republiqueta de sítios” à semelhança do *Sítio do Pica-pau Amarelo*. Ele estava a fim de combater o coronelismo, os currais eleitorais, a corrupção política. Daí ser mal interpretado e criticado, por considerarem que ele era favorável ao autoritarismo político, o que ele nega ao alegar que defendia um autoritarismo não totalitarista, mas instrumental. Queria organizar as instituições.

Houve um grande esforço de Oliveira Vianna em sua pesquisa para dar ao Brasil esse sentido de formação da consciência nacional e se engajou em encaminhamentos que julgou adequados, naquele período. Em seu tempo, ele foi criativo, inovador, por assim dizer o pai da psicologia social no Brasil. Somos frutos de nossa época e Oliveira Vianna também o foi. E, acima de tudo, ele foi honesto e rigoroso no que disse e no que fez.

A base da informação para a interpretação da vida e dos costumes do período colonial e da época medieval, Oliveira Vianna buscou nos relatos dos viajantes que visitaram o Brasil naquele tempo e nos escritos dos jesuítas. Oliveira Vianna declarou sua concordância com a doutrina social católica, baseando-se nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Nono*. Distanciou-se do panculturalismo dos americanos, de seus seguidores aqui no Brasil, entre eles Boas, que desejavam explicar o sistema social através da cultura. Aproximou-se da mesma linha de confluência de Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai), de Alberto Torres e de Sílvio Romero que, segundo ele, foi quem despertou nele o caminho metodológico e nacionalista que seguiu.

Oliveira Vianna manteve relações de amizade com Monteiro Lobato, que publicou diversos livros e escritos seus. Por diversas vezes, em suas raras saídas, visitava o amigo em Minas Gerais. Os dois se correspondiam e muitas dessas cartas se encontram no Museu Casa de Oliveira Viana, em Niterói, e são fonte de pesquisa para historiadores, sociólogos, estudantes de Direito e ou-



A máquina usada pelo escritor

tros, interessados em conhecer melhor a vida do referido escritor.

É consabido que as cartas contêm rico manancial de informações, revelador da personalidade, das idéias do autor, principalmente as endereçadas aos escritores, acadêmicos, pois era o meio de comunicação que os mesmos utilizavam à época para manter diálogos, externar opiniões e até divergir dos companheiros. Assim, a narrativa epistolar registra o tempo e o espaço vivenciados pelo autor, seus costumes, suas querências, seus projetos de vida e de atividades concernentes à sua função.

O escritor e sociólogo Marcos Almir Madeira, niteroiense, também membro da Academia Brasileira de Letras, doou à Casa/Museu farta correspondência de Oliveira Vianna. Em 1986, escreveu *Homens de marca*, pela José Olympio Editora, RJ, onde destaca dois artigos destinados ao homenageado: *Oliveira Vianna: pioneirismo e dignidade de um sociólogo*, *Oliveira Vianna e a Academia*, além da escrita de *Oliveira Vianna e o espírito de sua obra*.

Felizmente, nos últimos anos, o pensamento social de Oliveira Vianna tem tido maior visibilidade no campo das Ciências Sociais e o Museu Casa de Oliveira Vianna é hoje um centro de estudos para pesquisadores.

Suas principais obras: *Populações Meridionais no Brasil* – 1920; *Pequenos estudos*



As obras de Oliveira Vianna estão expostas no Museu

de Psicologia Social – 1921; *O idealismo na evolução política do império e da república* – 1922; *Evolução do povo brasileiro* – 1923; *O acaso do império* – 1925; *O idealismo da constituição* – 1927; *Problemas de política objetiva* – 1930; *Raça e assimilação* – 1932; *Formation ethnique du Brésil colonial* – 1932; *Problemas do direito corporativo* – 1938; *As novas diretrizes da política social* – 1939; *Os grandes problemas sociais* – 1942; *Problemas de direito sindical* – 1943; *Instituições políticas brasileiras* – 1949; *Direito do trabalho e democracia social* – 1951; *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil* – 1958 (publicação póstuma).

Até a Revolução de 30, Oliveira Vianna se dedicou, principalmente, ao magistério e ao estudo da realidade brasileira e isto sedimentou seu desejo de fazer do Brasil um país moderno, para que se pudesse conhecer sua realidade, buscando-se o desenvolvimento de suas potencialidades.

Em 1932 foi nomeado para a Consultoria Jurídica no Ministério do Trabalho e foi o principal formulador da política sindical e social do governo Getúlio Vargas e em 1940 foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União.

Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em Rio Seco, Saquarema no dia 20 de julho de 1883, filho de Francisco José de Oliveira Vianna e de Dona Balbina Rosa de Azeredo. Estudou em Niterói no Colégio Carlos Alberto, fez Direito na UFRJ. Lecionou na Faculdade de Direito da UFF. Lente de Direito Criminal em 1916. Ocupou diversas funções públicas estaduais e federais, até tornar-se em 1940, Ministro do Tribunal de Contas da União.

Podemos observar a multiplicidade de funções centradas em um só ser. Ser luminoso pelas idéias defendidas na época em que viveu. Introspectivo, exalava conhecimento. Foi um dos mais influentes pensadores sociais do Brasil na primeira metade do século XX. Membro da Academia Brasileira de Letras, eleito a 27 de maio de 1937 para ocupar a cadeira nº 8, patronímica de Cláudio Manuel da Costa, foi o segundo ocupante da cadeira, sucedendo a Alberto de Oliveira, e teve como sucessor Austregésilo de Athaide. Tomou posse em 20 de julho de 1940, sendo recebido pelo escritor Afonso d'Escragnolle Taunay. □

*MÁRCIA MARIA DE JESUS PESSANHA é doutora em Literatura, professora da Faculdade de Educação da UFF e presidente da Academia Niteroiense de Letras.

JORGE DE SALLES

O legado de um artista carioca

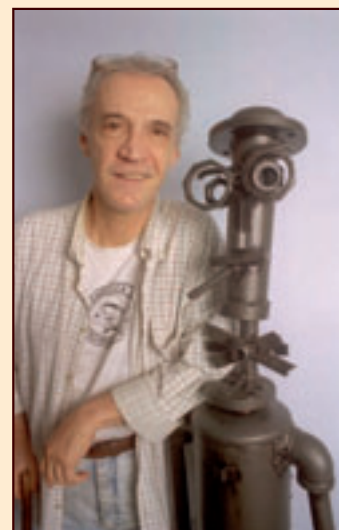
LUIZ AUGUSTO ERTHAL

Em uma pequena casa de vila, hoje fechada, funcionou por vários anos, na Rua das Laranjeiras, Zona Sul do Rio, o "Ateliê carioca de humor". A denominação informal e prosaica foi dada pelo próprio morador, um artista singular, que vivia solitariamente cercado de desenhos e esculturas feitas a partir de sucatas de ferro.

No final do ano passado, com a morte de Jorge Salles, aos 61 anos, esse espaço caótico e irreverente perdeu o humor. Ficou apenas aquele que fora o mais carioca dos ateliês, embora agora quieto e abandonado. Mas o humor, a graça, a descontração, as cores vivas e as esculturas mais vivas ainda, moldadas no ferro frio e inservível, permanecem espalhadas por toda a cidade e até em lugares remotos do mundo.

Ao longo da vida, Jorge Salles, que nunca exerceu outra ocupação senão a dedicação exclusiva à sua arte, criou, desenhou, pintou e esculpiu freneticamente. Sua produção seria difícil de ser hoje quantificada, segundo a ex-mulher, Walkiria d'Oliveira Matheus, com quem ele viveu por cinco anos. Ela e o filho único, Marcos Matheus de Salles, são atualmente os curadores de uma obra que conta com cerca de 25 esculturas e mais de 100 originais dos seus desenhos, além de um grande número de peças espalhadas por galerias da cidade.

Isso, porém, não chega nem perto das centenas de esculturas e incontáveis criações no papel, muitas presenteadas e



Jorge de Salles posa ao lado de uma de suas esculturas com sucatas de ferro em foto recente (acima). Em suas muitas representações do Rio de Janeiro, o bonde de Santa Teresa aparece com frequência circulando não só pelas ruas do bairro, mas por várias outras regiões da cidade, como se o artista desejasse que a alegria e a descontração dos bondinhos fossem reproduzidas em todos os lugares

outras permutadas por almoços em restaurantes e até por tratamentos de saúde, meio encontrado pelo artista para suprir algumas de suas necessidades ao longo de uma carreira marcada tanto pela instabilidade econômica quanto pelo talento. Jorge só viria a conseguir algum equilíbrio financeiro nos últimos anos de vida, quando a Universidade Veiga de Almeida o contratou como diretor cultural.

Jorge Salles tinha o estilo inconfundível dos grandes artistas. Os desenhos retratavam o Rio de Janeiro e seus bairros, sua arquitetura, a boemia da cidade que o atraía irresistivelmente e as suas paixões, como o Flamengo. Além

da temática carioca, dois personagens foram também recorrentes em sua obra e representados das mais diversas formas: Dom Quixote e São Francisco de Assis.

Ele também foi pioneiro na criação das esculturas de sucatas de ferro, chegando, com isso, a inspirar o personagem Pardal, um escultor vivido pelo ator Tony Ramos na novela "Livres para voar", produzida e exibida pela Tv Globo, no horário das 18h, entre setembro de 1984 e abril de 1985. A partir disso, Tony Ramos ingressou na extensa roda de amigos de Jorge Salles, também integrada por outros nomes conhecidos, como Nássara, Zivaldo, Millôr Fernandes, Jaguar, Iberê Camargo, Paulo e Chico Caruzo e Juarez Machado, entre outros.

Jorge de Salles entre amigos

Dono de uma personalidade carismática e cativante, Jorge de Salles criou, ao longo da vida, uma extensa relação de amigos, muitos deles colegas de talento e destreza no manuseio do lápis, como os cartunistas Nássara, Ziraldo, Jaguar, os irmãos Chico e Paulo Caruso e Millôr Fernandes, que chegou a lhe nomear, por escrito, como curador do seu acervo em caso de morte, sem saber que o destino levaria Jorge primeiro.

Muitas das amizades foram cultivadas na boemia, nos bares e restaurantes que ele gostava de frequentar pelo prazer da boa mesa, da descontração e das conversas com os amigos. Outras viriam dos contatos proporcionados pela vida artística, como foi o caso do ator Tony Ramos, que se tornou íntimo de Jorge depois de viver na televisão o personagem Pardal, um escultor inspirado na vida do artista. Algumas das obras de Jorge de Salles chegaram a compor o cenário da novela "Livre para voar".

Jorge também devotava verdadeira amizade àqueles que o influenciaram, mesmo sem tê-los conhecido, como o caricaturista J. Carlos, cujo traço ele reproduziu em alguns desenhos para homenagear o mestre. Tornou-se íntimo dos filhos de J. Carlos, de quem recebeu vários originais. Organizou uma exposição itinerante do célebre desenhista, divulgando a sua obra também em palestras.



Com Tony Ramos e outros atores, no set de gravação da novela "Livre para voar", em que apareciam algumas de suas esculturas, com Ziraldo, Braguinha e com o filho Marcos, Jorge de Salles apresentava uma personalidade cativante, capaz de produzir amigos com a mesma facilidade com que realizava suas criações artísticas



O mundo dividido entre Dom Quixote e São Francisco de Assis



Excetuando as reproduções do Rio de Janeiro, as representações de Dom Quixote e São Francisco de Assis eram as imagens mais constantes nas criações de Jorge de Salles. Tanto em aquarelas como nas esculturas feitas com sucatas de ferro, os dois personagens povoam o imaginário do artista. Eles formam um mundo à parte, dividido entre a loucura idealista do cavaleiro espanhol e o despojamento material do santo católico.

O protagonista da obra de Miguel de Cervantes é apresentado das mais variadas formas: de pé, a cavalo, sozinho e acompanhado de seu fiel escudeiro, Sancho Pança. Sua atitude é a de uma permanente prontidão diante da missão suprema que lhe foi confiada.

Já o santo é retratado na permanente companhia dos animais. Suas aparições se dão tanto de dia quanto de noite, como a mostrar que o seu exemplo de vida deve ser seguido diuturnamente. Uma das obras reproduzidas nesta página mostra o curioso encontro entre os dois personagens em uma estrada deserta, sob um céu estrelado, a sugerir uma união das virtudes dos dois personagens.



Paixão rubro-negra



“Uma vez Flamengo, sempre Flamengo”. O lema cantado no hino do clube rubro-negro parece ser seguido pelos mais diferentes personagens – de Napoleão ao arlequim – e se apresenta dentro dos mais variados cenários – no bonde, nos bares, nas ruas. Jorge de Salles transferiu para as imagens criadas a paixão nutrida por ele e pela maior torcida do Brasil. Uma paixão que trazia no peito e que sabia expressar com toda a sua irreverência e humor.



O Rio como inspiração

Se a criação artística de Jorge Salles teve uma musa inspiradora, esta sem dúvida foi a cidade do Rio de Janeiro. Suas paisagens foram retratadas sob os mais diferentes ângulos, com especial destaque para o casario antigo, os prédios tradicionais, as ruas e os bondes de Santa Teresa. Além dos lugares específicos, ele também criou mapas recheados de belas ilustrações dos pontos turísticos cariocas.



O refúgio bucólico do sociólogo

MÁRCIA M. J. PESSANHA

A Casa de Oliveira Vianna apresenta características de inspiração romântica, própria da arquitetura do começo do século XX. Situada abaixo do morro do Holofote, na Alameda São Boaventura, tendo em frente a Igreja de São Lourenço, no Ponto Cem Réis, Fonseca, bairro tradicional da antiga capital fluminense, era um local tranqüilo para se morar antes da construção da Ponte Rio-Niterói. Bela chácara com pomar, jardim com chafariz. As salas de jantar e de visita mantêm a maioria do mobiliário da época, inclusive o rádio antigo e a cadeira de balanço, bem como o quarto do autor com a cama e demais pertences. Atualmente este espaço é museu aberto à visitação, centro de pesquisa e desenvolve atividades educativas e culturais, propiciando a interligação da casa com a comunidade.

Oliveira Vianna não foi um observador abstrato da sociedade em que viveu. Sempre quis pensar o Brasil, olhar a realidade brasileira com a visão do cidadão brasileiro, comprometido com a sua nação. De índole retraída, introspectivo, viajava

pouco. Seu mundo era sua casa. A partir dali, ele viajava pelo mundo através de suas leituras e pesquisas. Suas viagens reais se restringiam a São Paulo, São José dos Campos e às estâncias hidrominerais para tratamento de saúde.

Casa de Oliveira Vianna – centro de estudos; Casa de Oliveira Vianna – centro familiar, de tradição cristã. Oliveira Vianna era devoto de Santa Terezinha, imagem até hoje conservada em seu quarto, na casa, que guarda ainda hoje muitos objetos de uso pessoal de Oliveira Vianna, daí serem considerados por nós, segundo Ecléa Bosi em Memória e Sociedade, como objetos biográficos, pois fazem parte da história de vida do autor. Não foram simples objetos decorativos, trazem vestígios incrustados do uso, do toque das mãos do dono. Possuem, acima de tudo, o segredo da alma das coisas.

Este ano marca os sessenta anos sem Oliveira Vianna e o centenário de construção desta casa. O filósofo Heidegger já dizia que “a linguagem é a morada do ser”; o texto bíblico declara que “a casa do pai tem muitas moradas” e o texto de Gaston Bachelard, sobre “A poética do espaço”, situa a casa como referência do ser no mundo, como espaço

realmente habitado, protegido das forças adversas, daí ser um espaço da topofilia (lugar da felicidade). Neste sentido, podemos dizer que a Casa de Oliveira Vianna congrega todos esses elementos: centro/referência do ser no mundo, pois residiu aqui durante muito tempo, casa enraizada pela tradição familiar, e ele próprio que nunca se afastou de suas raízes, sentia-se preso ao solo pátrio, o que pode ser metaforicamente ilustrado com as raízes das frondosas árvores frutíferas do pomar.

Recebia poucas visitas, quase não saía de casa. Seu paraíso era sua casa, sua biblioteca; suas viagens eram os livros. Assim era visitado pelas irmãs Zilda, Cinira e Clotilde e pelas suas sobrinhas, principalmente Emérita de Oliveira Rodrigues, que cuidou dele, devotamente, até sua morte. Atualmente, sua sobrinha neta Marlene dá continuidade a esse ritual afetivo da família, visitando nas datas específicas o túmulo do “Tio Chico”, como era carinhosamente chamado pelas sobrinhas, levando-lhe flores no Cemitério da Confraria de Nossa Senhora da Conceição, no Barreto. □

Foto: Ricardo Chau



A casa centenária é visitada hoje por estudantes e pesquisadores

PROCÓPIO MINEIRO (1945-2011)

Um jornalista que não se rendeu

LUIZ AUGUSTO ERTHAL

Escrever o obituário dos amigos é, talvez, a mais dolorosa das tarefas atribuídas aos jornalistas. É quando, ainda chocados e perplexos pela perda, levantamos o véu que separa o texto impresso ou transmitido eletronicamente do homem por trás da notícia em sua luta diária pela informação. E, muitas vezes, ao libertarmos o velho profissional de imprensa de seu quase ostracismo, surpreendemo-nos com o interesse jornalístico inerente àquela vida, àquela história, e com o valor da informação por tanto tempo sonegada ao público.

Esse é exatamente o sentimento que me assalta ao ver-me incumbido da triste missão de informar aos leitores de *O Prelo* sobre a morte do nosso colega Procópio Mineiro, ocorrida no dia 29 de julho, quando fechávamos a presente edição da revista. Nestas páginas podem ser lidas as últimas matérias assinadas por ele e o próximo número da publicação ainda estará impregnado da sua atividade, através das contribuições sempre relevantes que oferecia em nossas reuniões de pauta.

Era, sem dúvida, a voz mais experiente e respeitada de nossa pequena equipe, cuja colaboração foi decisiva quando o atual presidente da Imprensa Oficial, Haroldo Zager, decidiu, logo ao assumir a direção da empresa, retomar a edição de *O Prelo*, após um período em que a produção da revista esteve sob a responsabilidade do Conselho Estadual de Cultura. Procópio abraçou com entusiasmo a nova orientação, vendo nela a oportunidade de imprimir à publicação um caráter mais jornalístico, balizado pelo interesse cultural intrínseco à linha editorial de *O Prelo*.

Procópio Mineiro exercia o seu trabalho de redator na Imprensa Oficial com a responsabilidade, a capacidade e o profissionalismo que o caracterizaram nos altos cargos de imprensa que ocupou e em momentos dramáticos da história política recente do país, quando sua atuação profissional ajudou a solidificar a própria democracia brasileira. Trata-se do episódio que se tornou conhecido como “o escândalo da Proconsult”, uma tentativa de fraude nos resultados da eleição para governador do Estado do Rio de Janeiro, em 1982, abortada graças à apuração paralela montada por ele, à época diretor da Rádio Jornal do Brasil.

O Brasil vivia a sua primeira eleição desde o início da abertura



Jornalista ajudou a solidificar a própria democracia brasileira

“lenta, gradual e progressiva” estabelecida pelo Regime Militar, tendo agora a participação de políticos, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, que vinham de um longo exílio. O clima ainda era muito tenso, com atentados praticados no período pré-eleitoral, entre eles a explosão da bomba no Riocentro.

A disputa pelo governo fluminense chegava ao seu final bastante acirrada, com um empate técnico entre os candidatos Miro Teixeira, Moreira Franco e Leonel Brizola, que iniciara a disputa com apenas 3% nas pesquisas e crescera de forma vertiginosa na reta final. A empresa Proconsult, contratada para fazer a totalização dos votos, apresentava seguidos resultados que indicavam a vitória de Moreira Franco. Brizola já demonstrava nítido desânimo durante uma entrevista na própria Rádio JB e estava prestes a jogar a toalha, quando Procópio, que participava da mesa redonda com outros jornalistas, lhe deu a notícia:

– Mas, pelas nossas contas, o governador eleito é o senhor!

A apuração paralela montada por Procópio Mineiro com a ajuda de outros jornalistas, como Peri Cota, desmascarou a maquiagem dos números. De posse de cópias dos boletins de urna, os repórteres da rádio abasteciam um centro de totalização que fornecia resultados parciais, a todo momento divulgados no ar. A

discrepância era gritante em relação aos números da Proconsult, cujo software, descobrir-se-ia depois, possuía um “coeficiente delta” que desviava votos brancos e nulos para a conta de Moreira Franco.

De início, o próprio Jornal do Brasil mantivera-se cauteloso. Procópio apostava a sua cabeça naquela ousada cobertura das eleições, demonstrando uma das maiores virtudes de seu caráter profissional: a intransigência com a verdade jornalística. Brizola daria uma entrevista à imprensa internacional, anunciando as evidências de fraude fornecidas pela Rádio Jornal do Brasil e fazendo com que a apuração mudasse radicalmente a tendência dos resultados finais, o que lhe garantiu a vitória. Procópio Mineiro, com sua coragem e profissionalismo, ajudava a impedir que as primeiras eleições da abertura política brasileira fossem conspurcadas.

A partir de então, Procópio jamais voltaria a ocupar um cargo de prestígio na chamada “grande imprensa”. Em compensação, emprestou seu talento e capacidade de trabalho a órgãos como a Rádio Roquette Pinto, que dirigiu por duas vezes a convite de Leonel Brizola. Também editou durante um período o caderno noticioso do *Diário Oficial*, criado em 1984, e a revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, publicação de caráter socialista dirigida pelo jornalista e ex-deputado Neiva Moreira e Beatriz Bissio. Na editora de Neiva, Procópio também ajudou a fundar e editou a primeira revista de ecologia brasileira – *Ecologia e Desenvolvimento* –, tendo recebido com ela alguns prêmios de jornalismo.

Tão expressiva quanto a sua honradez profissional era a simplicidade de Procópio Mineiro. Ex-seminarista, ele conservaria por toda a vida o jeitão quieto e manso, próprio dos mosteiros. Uma atitude despojada, quase franciscana, caracterizava o pernambucano que viera para o Estado do Rio ainda adolescente, fixando-se na cidade de São João de Meriti, Baixada Fluminense, de onde nunca se mudou. Foi enterrado no sábado, dia 30 de julho, aos 65 anos, no cemitério do subúrbio carioca de Irajá, vítima de acidente vascular cerebral, e deixa três filhos.

Uma semana antes, Procópio mostrara-me, entusiasmado, o projeto de uma nova revista de ecologia. Também conversamos sobre a preparação de um livro sobre o caso Proconsult, que completará 30 anos em 2012. Era daqueles que não se rendem. Viveu lutando. Morreu sonhando. □

A rádio que virou lenda do rock brasileiro

Em 1985, o empresário Roberto Medina organizava o primeiro Rock in Rio e resolveu se aconselhar com um grupo de jovens sobre a programação do festival. Eram os responsáveis pela escolha do repertório que tocava na mais importante rádio especializada da época, a "Maldita", como se tornou conhecida a Fluminense FM, templo do rock brasileiro nos anos 80. Criada em 1982 por Luiz Antonio Mello e Samuel Wainer Filho, o Samuca, a Maldita já não toca mais no dial, embora o grupo O Fluminense ainda mantenha uma rádio digital com a mesma marca acessível em <http://portal.ofluminense.com.br/radios.aspx>. Mas a lenda da rádio revolucionária, que praticamente embalou o surgimento do rock brasileiro, permanece viva na memória da geração que se prepara para assistir, este ano, a mais um Rock in Rio. Neste artigo, O Prelo convida Luiz Antonio Mello a relembrar a experiência de criar um mito da mídia e da música brasileira.

LUIZ ANTONIO MELLO*

NO ÚLTIMO DIA PRIMEIRO de março, a Rádio Fluminense FM, "Maldita", faria 29 anos de idade. Falo de um mito que nasceu em 1982 e virou a cabeça do país inserindo um novo texto e contexto na mídia eletrônica nacional. Não parece que foi ontem porque seria uma citação muito óbvia, totalmente anti-Maldita.

Impressionante é o volume de pessoas que cultuam essa rádio. Mais impressionante ainda é constatar que pelo menos 70% das pessoas que me procuram (média de três por semana) por e-mail, por telefone, para dar entrevistas sobre a rádio, escrever artigos, ensaios e tudo mais não eram nascidas em 1982. Isso mesmo. Pessoas cultuam a memória de uma rádio que fez o mercado capotar.

Aí vem a pergunta: por que este fenômeno? Parece simples, mas não é. Quando deixei a Rádio Jornal do

Brasil para assumir a direção da Fluminense FM, em 15 de setembro de 1981, o projeto "Maldita" não existia. Samuel Wainer Filho, o saudoso Samuca, deixou o JB para embarcar na aventura comigo, mas precisou voltar em dezembro. Eu optei por ficar. Convidei Sergio Vasconcellos, Amaury Santos e Alex Mariano para serem os produtores da rádio, além do também saudoso e genial Carlos Lacombe para a gerência de promoções.

Trabalhamos duro de 16 de setembro de 1981 até as 6 horas da manhã de 1º de março de 1982 quando a "Maldita" entrou no ar. Foram meses de trabalho árduo. Ouvimos pelo menos cinco mil discos, todos de nossos acervos pessoais. Publicamos num classificado de domingo o anúncio: "Locutora – Radio FM contrata sem experiência mas com ótima pronúncia de inglês". Apareceram mais de 500 candidatas. Coube a Amaury Santos selecionar e treinar cada uma delas que além de falar tinham que operar a mesa de áudio. O time inicial: Selma Boiron (6 às 10 horas da manhã), Selma Vieira (10 às 14 horas); Monika Venerabile (14 às 18 horas); Liliane Yussim (18 às 22 horas), Edna Mayo (22 às 2 horas da madrugada).

Mas, com certeza, a histórica rádio de Rock, Blues e afins não teria nascido não fosse o estímulo, coragem,

incentivo e generosidade do Dr. Alberto Francisco Torres, saudoso presidente do Grupo Fluminense de Comunicação; Ephrem Amora, na época superintendente; João Luiz Faria Neto, consultor da presidência; e Gilson Monteiro, na época diretor do Grupo Fluminense. A eles dedico essa revolução. Tive carta branca absoluta para fazer o que quisesse e quando quisesse sem precisar consultá-los. Essa liberdade foi crucial para o sucesso do projeto e se, entre 15 de setembro de 1981 e 1º de abril de 1985 (meu período na rádio), houve erros, a culpa foi minha.

Ano que vem a "Maldita" faria 30 anos de idade. Coincidentemente, meses depois do Rock in Rio acontecer. Sim, para o primeiro Rock in Rio, em janeiro de 1985, nós fomos chamados por Roberto Medina para opinarmos e sugerirmos nomes para se apresentarem no festival. Modéstia à parte, na minha opinião, foi a melhor seleção da história do festival.


Enfim, há muito, mas muito mais o que falar sobre essa rádio revolucionária. A ela, a minha eterna gratidão. A ela e aos colegas que se tornaram amigos ao longo do tempo e engrossam o grito: - Maldita sempre! □

* Jornalista, radialista e escritor.

E-mail: luizantoniomello@gmail.com



MALDITA



A baixada caxiense se desenvolveu com a criação da Reduc

Foto: Divulgação/Prefeitura de Caxias

DUQUE DE CAXIAS

Do engenho de açúcar à maior refinaria do Brasil

Uma história construída com suor, tijolos e indústrias

PROCÓPIO MINEIRO

UMA DAS PRINCIPAIS CIDADES brasileiras em população, arrecadação de impostos e produção, Duque de Caxias consolida-se como segundo centro industrial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, enquanto aprofunda a busca por uma identidade própria a partir das variadas matrizes culturais que compõem sua população, formada por brasileiros de diversos estados e também segmentos de imigrantes estrangeiros. Inserido na Baixada Fluminense, partilha com os municípios vizinhos a mesma origem histórica, contemporânea da fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro, vivendo em íntima conexão com a capital a partir daqueles primeiros momentos.

Falar do município de Duque de Caxias é caminhar na história da modernização brasileira que vem ocorrendo nos últimos 80 anos, um período muito curto se comparado com aos 250 anos do início da industrialização europeia. Tal como ocorreu no processo europeu (leia-se “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra em 1845”, de Friedrich Engels, para se ter uma imagem bastante semelhante às situações atuais do nosso próprio processo), a modernização verificada na cidade da Baixada Fluminense, com poucas variações, marcou o mesmo impulso e as mesmas consequências do desenvolvimento em dezenas de pólos espalhados pelo território nacional.

Isto quer dizer: intensos deslocamentos populacionais, urbanização construída de forma caótica, com adaptações infundáveis que ainda não cessaram, problemas ambientais, sanitários e sociais, a convivência do moderno com o atraso, áreas perfeitamente infraestruturadas ao lado de porções precárias, estes sempre a maioria, refletindo a pirâmide social do país e, sobretudo, as limitações financeiras das cidades e problemas de gestão. Ou, segundo estudiosos, mostrando o estágio ainda incompleto da cultura política, da autopercepção social e da prática da cidadania.

A Duque de Caxias de 2011 contrasta em muito com a de apenas um século

Foto: Instituto Histórico de Caxias



atrás e já não tem nada a ver com a dos outros 350 anos anteriores. É uma terra nova, uma cidade nova, com uma população nova ainda em fase de acomodação. Mas progrediu muito nas últimas seis décadas, desde que ganhou sua autonomia no início da nossa industrialização.

Em 1911, os 468,3km² de Caxias ainda estavam integrados ao município-gigante de Nova Iguaçu, mãe da maioria das cidades da Baixada Fluminense. O núcleo caxiense passou da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, cerca de 10 quilômetros ao norte, para as margens do Rio Meriti, onde a estação de Merety, da ferrovia Leopoldina, começara a adensar a população em seu entorno, que viria a se tornar o centro da cidade. A mudança de nome, para homenagear o herói da Guerra do Paraguai, só viria em 1931, quando se criou o Distrito de Caxias, que se tornou município, no último dia de 1943.

Nos últimos 100 anos – período em que a região saiu do descalabro ambiental e sanitário iniciado na segunda metade do século XIX, levando a malária e o cólera a despovoar a Baixada –, a população caxiense de pouco mais de 800 habitantes, em 1910, cresceu para quase 900 mil, segundo os dados mais recentes do IBGE. Os números testemunham o afluxo desordenado de migrantes mineiros, capixabas e nordestinos, estes o principal grupo humano a caracterizar o município. A estes brasileiros de variadas origens deve-se somar uma fração de imigrantes estrangeiros, sobretudo portugueses, que chegaram no período pós-I Guerra. Já em 1930, a população alcançava 28.756 habitantes e, em 1940, apenas dez anos depois, superava os 100 mil.

Segundo a historiadora caxiense Tânia Amaro, ela mesma neta de um marceneiro português, “a partir das décadas que sucederam a II Guerra Mundial, os municípios que integram a Baixada tiveram um crescimento demográfico acentuado, que foi resultado de processos migra-

Nos anos 30 do século passado, o povo trabalhador do município já fazia dos trens o seu principal meio de transporte

Assessoria de Imprensa do Petrobras



O fogo permanente da refinaria é uma das marcas da região

tórios de diversas áreas do Brasil e de tantas outras nações do mundo. Esta população tão diversamente heterogênea é composta por povos de diversas origens e identidades culturais, formando um mosaico riquíssimo de tendências que se manifestam nos comportamentos sociais, nas artes, na política, na economia e nos mais diversos campos da vida em sociedade.”

Como se vê, se o destino do Brasil é misturar culturas e raças, a Baixada Fluminense – e Caxias em especial, por sua enorme população –, é hoje um caldeirão privilegiado dessa sopa de humanidades em plena fervura. Quem não é “oriundi” interno ou estrangeiro, é filho ou neto de algum. Se há inúmeras identidades pairando no ar, é preciso reconhecer que não faltam iniciativas para a construção do conhecimento do passado e a sedimentação de um sentimento de identificação local.

“Apesar de envolvida com enormes conflitos ambientais, devido a um desenvolvimento urbano desordenado, com problemas de poluição e violência, a Baixada tem hoje um crescimento econômico acentuado, com a instalação

de indústrias e arrecadação de impostos, o que deve ser olhado com viés crítico” – observa ainda a historiadora Tânia Amaro, que dirige há dez anos o Instituto Histórico de Duque de Caxias, ligado à Câmara de Vereadores da cidade, e edita a revista Pilares da História, que publica pesquisas acadêmicas sobre Caxias e os demais municípios da região.

“A Baixada é hoje a segunda mais importante região do Estado e uma das mais importantes microrregiões do País. Com uma população de aproximadamente 3 milhões e meio de habitantes, possui vasto patrimônio histórico e cultural, além de ser uma região privilegiada pelos seus recursos naturais”, define a pesquisadora.

Caxias em particular, sediando a maior refinaria da Petrobrás, a Refinaria de Duque de Caxias-REDUC, e dezenas de outras indústrias e empresas de serviços ligados ao ramo petrolífero, alcançou o estágio de segundo município em arrecadação de impostos e movimento econômico, no Estado, sendo superado apenas pelo Rio, a capital.

A história industrial caxiense começou há poucas décadas.

A INDUSTRIALIZAÇÃO

Não seria exagerado dizer que a industrialização da Baixada foi iniciada em Caxias, em junho de 1942, quando, em Xerém, começa a funcionar a Fábrica Nacional de Motores (FNM). Foi o período da II Guerra Mundial, quando Getúlio Vargas aprofunda seu programa de modernização, com a criação também da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Hidroelétrica do São Francis-

Foto: Divulgação/Prefeitura de Caxias





Foto: Rogério Torres

Av. Nilo Peçanha anos 40: início do surto desenvolvimentista

co, da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Nacional de Álcalis, entre outras destinadas a montar a infraestrutura industrial para aquele país ainda rural.

Da FNM, diz o pesquisador Eduardo Nazareth Paiva (Coppe/UFRJ, 2004), em sua tese “A Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a Pré-História da Implantação da Indústria Automobilística no Brasil do Ponto de Vista da Teoria Ator-Rede (...) foi uma das iniciativas brasileiras que mais se opôs ao dogmático estigma da inviabilidade latino-americana de conseguir autonomia tecnológica em setores estratégicos de alto impacto econômico, como é o caso da indústria automotiva. Ela pode ser considerada um dos mais simbólicos projetos de tentativa neste sentido e neste contexto” (p.312).

A FNM foi criada para fabricar motores aeronáuticos Cyclone, sob licença da norte-americana Curtiss-Wright, e, depois da guerra, passou a fabricar tratores e caminhões, sob licença da Isotta italiana, mais tarde da Alfa Romeo, a quem foi vendida pelo regime militar em 1968, passando em seguida à Fiat, que a fechou em 1985 - quando concentrou suas atividades em Betim, Minas Gerais.

O caminhão FNM foi o primeiro construído no Brasil, a partir de 1949, e a fábrica passou a lançar também automóveis a partir de 1960, com o JK-2000, sendo seu último modelo o Alfa Romeo-2300, de 1974. Hoje, as instalações da FNM abrigam a fábrica Ciferal/Marcopolo, de carrocerias de ônibus urbanos.

REDUC - Outro marco do projeto getulista de construir a capacidade tecnológica brasileira, a Petrobrás, criada em 1953, iria ligar em definitivo o destino de Duque de Caxias à indústria petrolífera,

ao instalar sua refinaria no município, em 1961. A Reduc é a principal unidade da Petrobrás, ocupando uma área de 13 km² no distrito de Campos Elísios, e responde pela maior parcela da receita municipal.

Aos cofres públicos, a Reduc recolhe R\$ 1,2 bilhão por ano. Sua presença atraiu dezenas de outras in-

dústrias para a região. Uma verdadeira cidade industrial plantada dentro de Caxias, a refinaria emprega milhares de funcionários e continua a expandir-se. No próximo ano, inaugura um de seus maiores investimentos, o Pólo Gás-Químico, o maior da América Latina, o que já atrai empresas produtoras de plásticos para Duque de Caxias, como a Nutriflex e a Polibrasil, duas gigantes do setor de plásticos.

No município funciona também a maior termelétrica a gás natural do país, a TermoRio, capaz de responder por 22% da energia fluminense. Atravessando de leste a oeste o território do município, está em construção o Arco Rodoviário Metropolitano, uma estrada de 72 quilômetros que ligará as cinco principais vias do Estado, correndo de leste a oeste, para servir de escoamento à produção do Complexo Petroquímico de Itaboraí, em direção ao Porto de Itaguaí. No trecho caxiense, o Arco, ainda em construção, já movimentou empresas a adquirir terrenos para implantar suas fábricas.

Nas proximidades do monumento industrial que é a REDUC, com as margens tomadas pela intensa aglomeração das moradias de trabalhadores, continuam a fluir para a Guanabara os históricos rios Pilar, Meriti, Sarapuí e Iguaçu, já esquecidos dos seus antigos portos e da gente antiga.

SUPERPOPULAÇÃO

Toda essa transformação econômica provocou, também a chegada de um povo novo, vindo de todas as partes, atrás de oportunidades de trabalho. Hoje chegam a

Av. Nilo Pessanha, anos 70: imagem de um comércio vibrante

quase 900 mil brasileiros e estrangeiros e seus descendentes de duas gerações. Um olhar sociológico talvez constatasse que ainda estão se habituando ao ambiente que brotou nestes últimos 70 anos: um mundo diferente, nem sempre amistoso, socialmente confuso, desigual e em transformação, sobre a mesma velha terra de quase 500 anos de história.

Em seu recém-lançado livro “De Merety a Duque de Caxias – Encontro com a História da Cidade” (APPL-CLIO, 2010, Caxias, RJ), escrito em parceria com o também historiador local Antônio Augusto Braz, Tânia Amaro não esquece de frisar a complexidade entre o desenvolvimento econômico acelerado e a qualidade de vida da população, uma vez que a excelente situação industrial não corresponde a um Índice de Desenvolvimento Humano semelhante, alcançando apenas um IDH de 0,75, segundo o padrão do Unicef (longevidade, renda, educação), abaixo do de cidades bem menores do próprio Estado.

“De um povoado evitado, (Duque de Caxias) tornou-se uma cidade populosa, próspera e complexa, com uma sociedade marcada pela desigualdade social e por estratégias diversas de enfrentamento pela sobrevivência”, escreve a historiadora Tânia Amaro, em “De Merety a Duque de Caxias” (página 114). “Ao longo do processo histórico de sua formação, a cidade e a vida da cidade revelam a multiplicidade das estratégias construídas por sua gente em um complexo e contínuo esforço social. A história do município Caxias construiu-se a partir da perspectiva desses homens e mulheres, protagonistas simples dessa luta”, completou

Assim é Duque de Caxias, uma cidade industrial cuja população vive os efeitos do fluxo econômico com suas fases concomitantes de inclusão e exclusão social. Como o país, uma cidade em construção. □

Foto: Rogério Torres



Foto: Instituto Histórico de Caxias



Foto: Estado do Rio de Janeiro Passado



A Av. Presidente Kennedy, principal acesso da cidade nos anos 40 e 50 do século passado, e a Igreja do Pilar, sede de uma rica freguesia no século XVIII

Uma história de 446 anos

A história de Duque de Caxias guarda uma forte identidade com a dos demais municípios da Baixada Fluminense, pois toda a região começou a ser ocupada no mesmo período, a partir de 1565, como uma espécie de expansão da recém-fundada São Sebastião do Rio de Janeiro, de modo a assegurar a posse da região que, nos 12 anos anteriores, estivera sob o controle de franceses. A povoação carioca nascia em meio a uma dura guerra contra os invasores, aliados dos índios tamoios, donos do território que se estendia do norte paulista até Cabo Frio.

Os inimigos tamoios representavam um risco real de perda do controle desta parte do território brasileiro pela Coroa de Portugal, devido às boas relações que mantinham com franceses, holandeses e ingleses nos negócios do pau-brasil. A região da Baía de Guanabara fazia parte da Capitania de São Vicente, de Martim Afonso de Sousa, mas as atenções do donatário e seus administradores posteriores estavam concentradas na área paulista das vilas de São Vicente e Santos, deixando a região norte de posse sem muita proteção. Isto ocasionou facilidade para o intenso tráfico pirata e levou Nicolau de Villegaignon a instalar sua França Antártica na Guanabara por longos 12 anos.

Duque de Caxias entra na história neste momento, pois os franceses exploraram todo o entorno da baía. Jean de Léry ("Viagem à Terra do Brasil") conta ter navegado pelos rios da região e percorrido 20 quilômetros terra adentro, passando por muitas aldeias dos aliados tamoios, em 1557. Se o projeto de Villegaignon é definido em geral como um empreendimento de protestantes, deve-se assinalar que com eles veio também o capuchinho André de Thévet, cuja obra "*Singularidades da França Antártica*" é uma fonte importante de informações sobre aque-

le período, tanto na Guanabara quanto em outros pontos do litoral fluminense.

Os historiadores recorrem ao próprio padre José de Anchieta para mostrar que os invasores não ficaram apenas no forte da ilha em frente à praia do Flamengo, mas iniciaram um trabalho de colonização por toda a região: após a reconquista da Guanabara, os portugueses encontraram em aldeias indígenas às margens do rio Iguaçú, em terras hoje caxienses, crianças vestidas com hábitos beneditinos, herança da catequese dos monges franceses que tinham estabelecido uma fazenda na região, a partir de 1561.

Em 1565, após a fundação do arraial de São Sebastião e das primeiras refregas para a retomada territorial, é exatamente naquela região de Caxias que se dá a Cristóvão Monteiro, um fidalgo do exército de Estácio de Sá e ouvidor-mor de São Vicente, sesmaria de uma légua quadrada (43 km²), tendo o rio Iguaçú por eixo, provavelmente englobando as terras dos monges franceses, que já se tinham retirado. Em 1596, falecido Cristóvão, sua viúva doa metade da área aos beneditinos portugueses, que iriam ali estabelecer a mais florescente fazenda da região, a Fazenda de São Bento, hoje bairro de São Bento e uma das muitas joias históricas de Duque de Caxias.

Como a missão de Estácio de Sá envolvia colonizar a região, de modo a evitar futuras invasões, já em 1566, antes mesmo da batalha final de Uruçumirim que se daria a 20 de janeiro de 1567, uma supersesmaria era dada ao notável Brás Cubas, companheiro de Martim Afonso de Sousa desde 1531 e já por duas vezes capitão-mor da Capitania de São Vicente. Naquele momento, ele era responsável pelos impostos reais, além de possuir o maior latifúndio da Baixada Santista, onde fundara a vila de Santos. Pela importância do personagem, a sesmaria tinha que ser à altura e foi: 3 mil braças por 9 mil braças - antiga medida de comprimento equivalente a 2,2 metros, um retângulo a partir do rio Meriti, 130 km² de terras de Caxias e de Belford Roxo, chegando até a paliçada da aldeia indígena de Jacutinga, onde hoje está o centro desta última cidade.

Os historiadores nos devem ainda uma

narrativa sobre o que Brás Cubas fez com tanta terra, mas já nos informam que logo toda a região estava semeada de fazendas de cana-de-açúcar e de igrejas e capelas, que asseguravam a identidade da colonização e organizavam a vida dos moradores. Açúcar, melado, aguardente, para consumo regional e exportação, mais milho, mandioca para farinha, arroz, feijão, verduras e legumes - também o café, no século XIX - e criação de gado, caracterizavam a produção, que, em Caxias, tinha por centro a Igreja de Nossa Senhora do Pilar e seu arraial, às margens do rio Pilar, afluente do Iguaçú, cerca de 10 quilômetros ao norte do atual centro de Caxias, que no século XIX migrou para as margens do rio Meriti.

Como em todas as regiões deste país de florestas que eram cerradas, também os rios da Baixada Fluminense foram os caminhos de penetração e marcaram a fixação do colonizador, como já acontecera com os índios tamoios e, antes deles, milênios antes, com os ainda bem desconhecidos índios da civilização dos Sambaquis - os ostrieiros de mais de 6 mil anos de que o município guarda ainda alguns exemplares. Os rios Iguaçú, Sarapuí e Meriti, que correm de oeste a leste e desembocam na Baía de Guanabara, atravessam o território caxiense e por eles e seus afluentes menores, como o Pilar, aconteceram a ocupação territorial, a exploração agropecuária e madeireira, e o comércio com a cidade do Rio de Janeiro, abastecida pela produção da Baixada.

Os portos fluviais na região eram dezenas e diariamente partiam e chegavam barcos. Os rios eram então volumosos e navegáveis e assim ficaram por quase 300 anos, antes que a substituição das florestas por campos de cultivo resultassem em queda do volume das correntes, assoreamento do leitos, surgimento de pântanos como focos de doenças e a crise daquele mundo que se foi e não mais voltou, na virada do século XIX para o XX. O último golpe foi a construção das estradas de ferro, que deixaram os portos fluviais sem função.

CAMINHO DO OURO - Mas, antes que isso acontecesse, Caxias, que era ainda Pilar, viveria grandes momentos, como zona de produção agropecuária e madeireira e, no



A montadora de ônibus Ciferal, com seu parque industrial gigantesco (foto abaixo), é um dos símbolos de vigor econômico da cidade

Fotos: Divulgação/Prefeitura de Caxias



século XVIII, também como passagem obrigatória do ouro mineiro em direção ao porto do Rio e ainda como escoadouro do café do Vale do Paraíba. As bandeiras paulistas tinham feito as primeiras descobertas de ouro em Minas Gerais, no final dos Seiscentos.

O transporte do metal tornou-se um problema, pelas distâncias dos portos e pelos riscos envolvidos. O porto mais próximo era o do Rio de Janeiro, que, num primeiro momento, se alcançava via Parati, através da única e sinuosa estrada então existente, que passava por terras paulistas, seguindo-se o transporte marítimo até a Guanabara para a exportação final para Lisboa. De Parati às minas, podia-se levar até três meses de caminhada.

Coube a um caminhante incansável, Garcia Rodrigues Paes, desde adolescente companheiro das jornadas do pai, Fernão Dias Paes Leme (o Caçador de Esmeraldas), acertar com o rei a empreitada de abertura de um caminho mais curto, direto para o Rio de Janeiro, reduzindo a viagem para apenas 15 dias – em troca, naturalmente, de diversas vantagens e honrarias. De 1699 a 1704, este foi o trabalho do bandeirante Garcia, que, apesar de gastar recursos próprios, ia colecionando sesmarias ao longo do trajeto e títulos de fidalguia. A ele o Ministério dos Transportes ainda deve o batismo de alguma rodovia.

O Caminho Novo do Pilar ou Caminho de Garcia Paes ligava as minas exatamente ao porto caxiense, de onde a preciosa mercadoria era embarcada para o Cais dos Mineiros, perto da Rua Direita, hoje Primeiro de Março, no centro do Rio. Primeira ligação direta do Rio com o interior do país, o Caminho de Garcia Paes ou do Pilar recebia e expedia mercadorias para o Rio de Janeiro, Minas, Goiás e Mato Grosso. Por isso, Pilar tornou-se outro marco histórico do município e sua igreja é tombada pelo Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional desde 1938. No próximo ano, 2012, completam-se os 400 anos de criação da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, origem de Duque de Caxias. O templo atual já completou 313 anos desde o início de sua construção, tendo substituído a capela primitiva edificada em 1612.

No final dos Setecentos, a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar contava com uma população de 3.895 pessoas, das quais 1.219 eram escravos. Só era superada pela Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu, origem de Nova

Iguaçu, com 9.182 moradores, dos quais 1.868 escravos, e Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim, hoje território de Magé, com 5.007 fregueses, dos quais 2.179 escravos.

A ferrovia – A pujança econômica da região continuaria ainda nas primeiras décadas do século XIX, com a introdução da cultura do café, mas já estava em curso uma rearrumação espacial, decorrente de novos caminhos para o interior (Caminho do Proença a leste e, a oeste, o Caminho do Tinguá), que, desde o século anterior, prejudicaram o movimento do porto de Pilar e beneficiaram os de Iguaçu, da Estrela e das Caixas.

As consequências ambientais da derrubada das florestas ao longo dos rios, por mais de 200 anos, começaram a aparecer, com o assoreamento dos leitos fluviais e redução do volume das águas. Já em 1844, a navegação era tão problemática pelo Iguaçu que o engenheiro e coronel Conrado Jacob de Niemeyer recebeu a missão de abrir um canal para desviar águas do rio Utum para o Iguaçu, de modo a engrossar a corrente deste último.

Um avanço tecnológico nos transportes, porém, deu um golpe final nos portos fluviais logo depois: a Maria-Fumaça começou a correr pela Baixada a partir de 1854, com a primeira ferrovia, empreendimento do Barão de Mauá na região de Estrela, impondo uma nova dinâmica de ocupação do território. Nos anos seguintes outras ferrovias cortaram a Baixada.

Se até então os rios e os portos determinavam a concentração populacional, agora eram as estações das estradas de ferro D. Pedro II (atravessando Iguaçu), Leopoldina (cortando Caxias) e Linha Auxiliar (correndo por São João de Meriti e Belford Roxo) que passavam a fixar o povo e os negócios em seu entorno. O centro do já município-gigante de Iguaçu, criado em 1833 e que englobava também Caxias como um de seus distritos,

foi transferido do porto de Iguaçu, que se tornou Iguaçu Velho, para o entorno da estação de trem, Maxambomba, logo depois Nova Iguaçu.

No caso da futura Caxias, o cada vez mais abandonado Pilar via, ao sul, crescer seu distrito em torno da parada de trem da Leopoldina, criada próxima ao Rio Meriti. Foi às margens dessa Estação de Merety, em terras que um dia foram do poderoso Brás Cubas, que aumentou uma nova povoação, hoje o centro de Caxias.

Mas houve um grande sofrimento antes que, a partir dos anos 1940, o distrito iniciasse o galope modernizador que o notabiliza até hoje.

O sofrimento foi o aprofundamento da degradação ambiental de toda a Baixada, na segunda metade do século XIX, quando os rios assoreados multiplicaram os pântanos, a malária se tornou endêmica e o cólera aparecia em surtos epidêmicos. As áreas mais afetadas se despovoaram e o número de moradores regrediu a níveis de dois séculos antes.

Somente a partir de 1910, por iniciativa do então presidente Nilo Peçanha, iniciou-se um vasto programa de saneamento da região, intensificado no governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, quando toda a região é preparada para acolher populações necessárias ao impulso da industrialização, embora, segundo os historiadores locais, o objetivo inicial fosse o de retomar a vocação agrícola que a região vivera de forma tão eficiente nos séculos anteriores, abastecendo a capital. Prova disso é que a Fazenda São Bento é desapropriada e se torna um Núcleo de Colonização, em 1932, com 102 km², com atividades agrícolas e de beneficiamento tocadas até por imigrantes estrangeiros.

Em 1942, viria a Fábrica Nacional de Motores (FNM), produzindo motores de aviação e, mais tarde, tratores, caminhões e automóveis, seguindo-se tecelagens e outras fábricas, e, em 1961, o impacto modernizador da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), em cuja trilha dezenas de outras indústrias do ramo químico e serviços correlatos se instalaram no município, definindo sua atual pujança econômica e seu destino.

Diz-se que que a História é uma janela, pelo qual o tempo contempla, às vezes divertido, muitas vezes preocupado, o surpreendente caminhar dos homens, os quais, os olhos imersos no momento, enquadram-se na História quase sempre inconscientes das marcas do passado, que pisam sem notar. O povo novo de Caxias não haveria de ser exceção, mas começa a ligar seu presente a um passado que foi importante. □

EM BUSCA DA IDENTIDADE

Regiões de populações recentes formadas por gente das mais variadas origens, como a Baixada Fluminense, estão ainda num processo de auto-reconhecimento mútuo e integração, embora sob o impacto comunicacional da vizinha e dominante capital, o Rio de Janeiro, cujos jornais, rádios e tevês são o que se lê, o que se ouve e o que se vê na região. Sabe-se quase tudo do Rio e quase nada do próprio município em que se vive.

Tem avançado, porém, o movimento em busca da conscientização e construção de uma identidade própria regional, capaz de levar a imensa população a se perceber com um rosto próprio. Afinal, são 3,5 milhões de pessoas juntas na maior conurbação brasileira, pois são nove cidades coladas umas às outras, onde nem sempre se percebe onde uma acaba e começa a outra. Os historiadores da Baixada estão no front desse trabalho, especialmente nos últimos 20 anos. E, ao lado deles, outros setores ligados à Cultura e à Educação.

Os historiadores, de modo particular, formaram há tempos uma espécie de máfia do bem: uniram-se em uma espécie de juramento de fidelidade à Baixada e, acima dos limites municipais, vêm trabalhando em equipe para reconstituir o passado da região, preservar locais históricos, recuperar a rica arqueologia e dar à população atual um enquadramento temporal que



Foto: Rio Além do Rio

contribua para a percepção das singularidades da terra onde vive. Este trabalho de pesquisa e historiografia estende-se, igualmente, a reflexões sobre temas da atualidade, como questões sociais, ambientais e econômicas que marcam o dia a dia.

Por iniciativa da Secretaria de Cultura de Duque de Caxias, do Instituto Histórico da Câmara de Vereadores e do Conselho Municipal de Cultura, surgiram os "Passeios Culturais" dedicados a visitar as relíquias históricas da Baixada Fluminense. Um roteiro que engloba igrejas, portos, estradas e caminhos, fazendas, ruínas de diversas naturezas e surpreendentes sítios arqueológicos. O percurso foi elaborado pelos historiadores Armando Valente e Rogério Torres e a iniciativa está narrada em "Pelos Caminhos que a História Deixou", de Stélio Lacerda e Rogério Torres (editado pelos autores, Duque de Caxias, 2004).

Na "Apresentação" de sua recente obra "De Merety a Duque de Caxias", os autores Antônio Augusto Braz e Tânia Maria Amaro de Almeida explicam esse movimento, que ganhou maior força a partir dos anos 1990: "A Associação de Professores e Pes-

quisadores de História (APPH-CLIO) deu início a um processo de incentivo à formação de seus membros, visando o ingresso nos programas de mestrado de História, com o compromisso de discutir nesses programas temas e objetos ligados à história da região e do município. Além de promover cursos, seminários

e diversos eventos nos quais se destacava a realização do Congresso de Professores e Pesquisadores da Baixada Fluminense, defendeu a incorporação, na grade do curso de graduação em História da FEUDUC (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias), as disciplinas de História Local e Regional, o que efetivamente ocorreria a partir de 1992. O livro que agora se apresenta pretende se situar na esteira dessa tradição e nos quadros dessa estratégia"

Nestas últimas duas décadas, foram várias instituições dedicadas à redescoberta da região para sua população. Além da APPH-CLIO, destaca-se o Instituto Histórico de Duque de Caxias, ligado à Câmara Municipal e cuja diretora é Tânia Amaro, formada e pós-graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Hoje, são dezenas de historiadores, professores, artistas e promotores culturais envolvidos nessa tarefa de construir uma face local e que, como dizem Antônio Augusto Braz e Tânia Amaro, "construindo-a, colaboram para a luta de promover mais equilíbrio e justiça à vida em nossas tão sofridas cidades".

DUQUE DE CAXIAS EM NÚMEROS

Área: 468,3 km²

População: 864.000, com densidade de 1.813,9 habitantes por km² (3^a do RJ e 18^a do Brasil)

Pirâmide Etária: 0-19 anos – 300 mil (160 mil mulheres, 140 mil homens); 20-59 anos – 500 mil (270 mil mulheres, 230 mil homens);

Acima de 60 anos – 60 mil (35 mil mulheres, 25 mil homens), em números redondos.

Indústrias: 1.984 estabelecimentos

Principais empresas: Refinaria Duque de Caxias (REDUC/Petrobrás – processa 242 mil barris/dia), Pólo Gás-Químico, Texaco, Shell, Esso, Ipiranga, White Martins, IBF, Sadia, Ciferal, TermoRio, Weather Ford, Tensor, Gás Brasil, Parque Gráfico da Ediouro.

Comércio: 19.562 estabelecimentos

Criação de empregos: 131 mil, com carteira assinada, nos últimos dois anos (2^o do RJ)

PIB: R\$ 32 bilhões (2^o do RJ e 8^o do Brasil/IBGE 2008)

Orçamento anual da Prefeitura: R\$ 1,9 bilhão

Renda per Capita: R\$ 21.722,00

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,753 (52^o entre os 92 municípios fluminenses - PNUD/2000)

Alfabetização: 93%

Escolas: 168 municipais, 102 estaduais, 2 federais, 128 particulares, 4 universidades

Bibliotecas: a principal é a Leonel Brizola, no Conjunto Arquitetônico Oscar Niemeyer, que domina a Praça do Pacificador, logo à entrada da cidade, obra do famoso arquiteto

Teatros: o Teatro Raul Cortez integra o Conjunto Arquitetônico Oscar Niemeyer, com a Biblioteca Leonel Brizola

Cinemas: 11 salas

Museus:

Casa do Duque de Caxias, na Taquara; Museu Histórico, do Instituto Histórico da Câmara de Vereadores

Museu Vivo de São Bento, na antiga Fazenda São Bento

Museu Ciência e Vida, no bairro 25 de Agosto

Museu da História Política de Duque de Caxias (em organização no prédio que foi a chamada Fortaleza de Tenório Cavalcante, o Homem da Capa Preta e da inseparável metralhadora Lurdinha, o jornalista e deputado, migrante alagoano, que foi o coronel político da cidade do final dos anos 1940 a início dos 60)

Religião: Sede da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti

Sítios Históricos:

Igreja de Nossa Senhora do Pilar, raiz da cidade e tombado pelo IPHAN

Igreja Santa Terezinha, no Parque Lafaiete, antiga Trairaponga

Fazenda São Bento

Sambaquis

Manifestação Típica: Feira dos Nordestinos, no centro, aos sábados e domingos, reunindo sempre centenas de feirantes, artistas, cordelistas e milhares de visitantes, faz parte da Agenda Cultural de Duque de Caxias. □



A arte de imortalizar a notícia

Repórteres fotográficos produzem informação, emoções e despertam reflexões a cada clique



Foto: Custódio Coimbra

Fotografia é luz. Tendo apenas a claridade da lua, o fotógrafo Custódio Coimbra conseguiu capturar em sua lente os bondinhos do Pão de Açúcar ao se cruzarem em plena noite

THIAGO DA MATA

“A vida é fascinante, mas é preciso olhá-la através das lentes corretas”. A frase, atribuída ao escritor e dramaturgo francês Alexandre Dumas (1802-1870), revela que o romancista conhecia o poder da imagem observada por meio de um recorte especial. Não se tem informações se ele chegou a se familiarizar com a arte da fotografia, mas a sua máxima pode ser adotada como um lema para os fotógrafos de todo o mundo.

Através de lentes objetivas e máquinas eletromecânicas, o fotógrafo rouba por um momento a essência de uma cena cotidiana e reproduz em uma imagem estática a intenção no movimento. Posadas ou tomadas de assalto, as fotos tiradas no ato não capturam a alma de homens e mulheres, como poderiam supor os nativos de uma tribo indígena remota. No entanto, aquele que tem a figura tomada pela conversão da luz em registro físico, no papel, ganha também a imortalidade do momento, a eternidade do sorriso

frente ao instante do clique e do flash.

A fotografia surgiu por volta de 1826 e o primeiro registro é atribuído ao francês Joseph Nicéphore Niépce. Mas o mérito pela criação é compartilhado por inventores, com a contribuição de diversos curiosos. Para melhor compreender a história da fotografia, tema da exposição no Centro Cultural Banco do Brasil, os curadores da mostra Foto Rio 2011, Milton Guran e Joana Mazza, que contam com Jean-Luc Monterosso para a seleção de vídeos, escolheram a auto-representação na fotografia contemporânea como tema da programação oficial do evento. A exposição fica em cartaz no espaço de exposições do CCBB, no centro do Rio, até o dia 10 de julho e apresenta, com fotografias e vídeos, “um panorama geral da utilização do corpo do autor como instrumento e elemento catártico de sua própria expressão, indo além dos tradicionais auto-retratos”.

Outro centro de exposições na capital fluminense abriu espaço para a fotografia. Em cartaz no Centro Cultural da Caixa Econômica Federal, “a maior

exposição internacional de fotojornalismo”, intitulada World Press Photo 11, ficou em cartaz do dia 17 de maio ao dia 19 de junho.

Inspiração para a criação de fotonovelas, retratos de família, registro oficial de eventos esportivos, culturais, políticos, fotomontagens, murais artísticos, entre muitas outras descobertas, até mesmo a invenção do cinema, que depois veio a inspirar o nascimento da televisão, a fotografia foi adotada pelo jornalismo como um complemento importante para a mensagem que se queria transmitir nas notícias. O chamado fotojornalismo tomou forma e valor que lhe deram status de arte.

A partir de 1915, com o aperfeiçoamento dos processos de impressão, a imprensa mundial passou a reconhecer o valor que a fotografia agregava às notícias. A ideia de que uma imagem vale mais do que mil palavras tornou os jornais espaço cativo de fotógrafos que atuavam como jornalistas. Surgiram, então, os grandes nomes da fotografia mundial. Eles deixaram um legado im-

portante, que contribuiu nas carreiras e nas experiências vividas por famosos fotógrafos brasileiros como Sebastião Salgado, Custódio Coimbra e João Roberto Ripper.

Henri Cartier-Bresson: O momento decisivo

Nascido em 22 de agosto de 1908, numa família de industriais têxteis membros da classe média abastada de Chanteloup-en-Brie, na França, Henri Cartier-Bresson (1908-2004), foi o primeiro fotógrafo da Europa Ocidental a registrar de maneira livre a vida na União Soviética. Fotografou os últimos dias de Gandhi e os eunucos imperiais chineses, logo após a Revolução Cultural. Em 1947, juntou-se a outros ases da época e fundou a agência fotográfica Magnum. Os fotógrafos e co-fundadores da empresa, Bill Vandivert, Robert Capa, George Rodger e David Seymour "Chim" ajudaram-no a dar o pontapé inicial ao período de sofisticação no seu trabalho. Revistas como Life, Vogue e Harper's Bazaar procuraram-no com propostas de contratos para viajar pelo mundo produzindo registros em imagens únicas. Da Europa à América do Norte, da Índia à China, Bresson deu seu ponto de vista para o planeta que conheceu.

Muitos livros da década de 1950 foram lançados com suas imagens, sendo o mais importante deles "Images à la Sauvette", publicado em inglês com o título: "The Decisive Moment" (1952), ou "Momento Decisivo" (na tradução literal). A obra passou a traduzir o conceito que definiria seu discurso sobre a fotografia, o momento no qual a fotografia é a impressão definitiva, ou seja, que sintetiza toda a informação no recorte da imagem e a mensagem por trás do seu trabalho.

Outros fotógrafos desenvolveram diferentes metodologias para conceituar a maneira com que produzem as imagens. O renomado brasileiro Sebastião Salgado falou certa vez sobre sua filosofia. Aparentemente, ela é baseada num método contrário ao de Bresson. De acordo com Salgado, o momento decisivo para fazer a imagem não depende de um único clique, mas de uma exaustiva repetição do processo para que, diante das diversas fotografias, seja escolhida aquela que sintetiza o discurso.



Custódio Coimbra

Adepto de uma filosofia que se aproximaria às idéias de Henri Cartier-Bresson, sem descartar o caráter baseado na edição, proposto por Sebastião Salgado, o fotógrafo Custódio Coimbra fala sobre "foto-síntese", como característica de seus trabalhos. A possibilidade de repetição quase ilimitada na captação de imagens, graças às modernas máquinas digitais, tornariam, segundo ele, o trabalho do fotógrafo direto e instantaneamente relacionado ao do editor, que escolhe a melhor fotografia segundos após o momento que a fez, quando ainda pode tentar refazê-la. Para Coimbra, o fotógrafo só consegue dar o clique certo quando está a par do assunto. "É necessário mostrar com uma imagem a essência da matéria", afirma.

Foto: Custódio Coimbra



Mesmo sem luz, Custódio conseguiu registrar o momento de maior concentração do Comício das Diretas-Já, em 1984

Custódio Coimbra: A foto-síntese

Fotojornalista desde os anos 70, o carioca Custódio Coimbra passou pelas redações de importantes jornais do Rio de Janeiro, como O Repórter e Última Hora – ambos extintos – depois pelo Jornal do Brasil até ser admitido no jornal O Globo, onde trabalha há mais de 21 anos. Suas fotos já ilustraram reportagens publicadas em diversos jornais e revistas do mundo. Com olhos treinados para notar imagens que melhor traduzam os fatos importantes da sociedade, cobriu alguns dos acontecimentos mais relevantes da história recente, como as campanhas presidenciais de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006, além das visitas de Gorbatchev, Ronald Reagan, Henry Kissinger, Fidel Castro, Jacques Chirac, Papa João Paulo II e Dalai Lama ao Brasil.

Com quase 30 anos de carreira, já participou de várias exposições individuais e coletivas, todas com forte cunho sócio-ambiental. A mais recente, "Diário do Rio", ocorreu no Centro Cultural Correios, no Rio, e foi rebatizada de "Le Brésil à la une" para ser exposta na Maison des Amériques Latines em Paris, como parte do calendário do Ano do Brasil na França.

Entre os trabalhos que mais lhe trouxeram satisfação, o ganhador do Prêmio Esso de Contribuição à Imprensa e do Grande Prêmio Ayrton Senna, na categoria Jornal, lembra que o mais prazeroso em sua vida foi fotografar sua cidade do alto, sentado no braço do Cristo Redentor até o amanhecer.

Nascido no bairro carioca de Quintino Bocaiúva, Custódio José Bouças Coimbra começou a fotografar aos 11 anos de idade. Sua trajetória profissional vai levá-lo, mais tarde, a O Repórter, publicações sindicais e, em seguida, à Última Hora, em 1982, quando suas fotos ilustravam matérias de página inteira.

"Mas todo fim de semana eu era freelancer no JB. Uma vez, fiz umas fotos da greve de motoristas de ônibus para o JB no domingo, mas a notícia deu capa na edição de segunda. O chefe viu o meu nome na foto do concorrente e me demitiu", conta. A história poderia ter sido trágica, se não fosse pela seqüência do relato: Coimbra

telefonou para Alberto Ferreira, que na época era editor de fotografia do JB, e disse a ele: “Poxa, Alberto, acabei de ser demitido na Última Hora”, ao que Ferreira respondeu de pronto: “Meus parabéns! Você acaba de ser admitido no JB”.

Na nova empresa, onde ficou de 84 a 89, conheceu a rotina dos grandes jornais e onde adquiriu mais experiência. A morte de sete pessoas pisoteadas em 1985, durante o velório do ex-presidente Tancredo Neves, em Belo Horizonte, foi um episódio que marcou sua vida. “De todos os fotógrafos que estavam na cobertura, – e olha que tinha gente de todos os jornais e agências de notícias –, só eu consegui registrar aquela cena. Subi num muro do Palácio da Liberdade e fiz as fotos sem perceber que só havia eu fazendo aquelas imagens. Quando terminei de fazer as fotos, ganhei um tapinha nas costas do ‘papa da fotografia’, Luiz Pinto (do concorrente O Globo). Ele disse: Parabéns, garoto!”, recorda com um largo sorriso. De acordo com Coimbra, ele só entendeu os parabéns no dia seguinte, quando o JB abriu três páginas só de fotolegendas e nenhum outro jornal tinha fotos para publicar. Um convênio do Jornal do Brasil com a Agência AP fez com que as fotos fossem transmitidas para mais de 7 mil jornais no mundo. Nos Estados Unidos, uma das imagens foi publicada na primeira página em seis de cada dez jornais. “E olha que eu ainda tive tempo de ajudar a salvar muitas pessoas no incidente”, orgulha-se.

O belo trabalho no jornalismo o tornou conhecido e requisitado. Finalmente, em 1989, foi convidado por Anibal Philot para integrar a equipe de O Globo, quan-



O flagrante dramático do pisoteamento de pessoas no tumulto do enterro de Tancredo Neves, clicado por Custódio Coimbra

do participou da implantação da cor nas fotos do impresso. Depois de coordenador e editor dos departamentos de fotografia dos jornais de bairros, Custódio passou a cuidar das matérias especiais produzidas para as edições dominicais. Também já publicou trabalhos em vários livros, como O Rio sob as lentes de seus fotógrafos, de 1992, Tons sobre Tom — A vida e a obra de Tom Jobim, de 1996, e Brasil 500 anos, em 2000.

Sobre sua filosofia de trabalho, explica que “procuro o clímax, a hora mágica. Seja num grito de dor, de alegria ou de tristeza. Vou em busca da emoção. Da minha e do que estou fotografando”, esclarece.

João Roberto Ripper: Imagens humanas

Também carioca, João Roberto Ripper teve uma participação reduzida em jornais. Mas sua marca registrada sempre foi traduzir com imagens contundentes as dificuldades, os anseios, as lutas e iniciativas das populações carentes, muitas vezes desprezadas pelas coberturas jornalísticas na grande imprensa. O resultado da dedicação na defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos deu-se num portfólio fotográfico, que cobre da vida do homem ao habitat indígena, da seca do nordeste ao



1855 - O britânico Roger Fenton faz os primeiros registros de fotografia jornalística durante a Guerra da Criméia.

1861-1865 - O norte-americano Mathew Brady faz a cobertura da Guerra Civil Americana e torna-se um dos primeiros fotojornalistas do mundo.

1908 - A Universidade do Texas, em Austin (EUA), torna-se pioneira no ensino universitário ao criar uma cadeira de fotojornalismo.

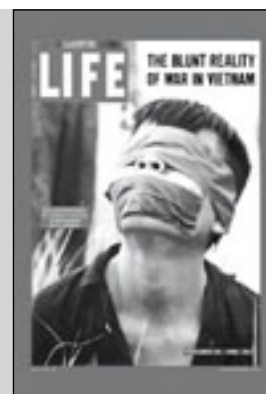


1925 - A empresa alemã Leitz começa a comercializar a primeira câmera fotográfica 35 mm, a Leica, inventada pelo engenheiro Oskar Barnack. Ela dá um grande impulso ao fotojornalismo por ser silenciosa, rápida, portátil e por ter disponíveis diversos tipos de lente e acessórios.



1932 - O francês Henri Cartier-Bresson começa sua carreira como fotojornalista, desenvolvendo um estilo definido por ele como a busca pelo “momento decisivo”.

1933 - O norte-americano Harold Edgerton desenvolve o flash eletrônico.



1936 - O norte-americano Henry Luce, um dos criadores da revista *Time*, funda a revista *Life*, nos Estados Unidos (EUA), com o objetivo de substituir a fotografia acidental, improvisada, por uma edição de fotografia planejada. Vários dos principais nomes do fotojornalismo mundial trabalham para a *Life*, entre eles Robert Capa, que faz a cobertura de guerras em todo o mundo, durante vinte anos, até morrer no Vietnã, ao pisar em uma mina terrestre.

ambiente urbano, do trabalho escravo de carvoeiros à situação de dificuldades de crianças no Mato Grosso do Sul.

Em 1972, aos 19 anos, Ripper ingressou na carreira de repórter-fotográfico no impresso Luta Democrática, de Tenório Calvacante. Vieram em seguida o Diário de Notícias, a Última Hora, a filial do carioca O Estado de São Paulo e O Globo. Sem contar os trabalhos como freelancer para diversos outros jornais e revistas.

Isto até perceber que gostaria que suas fotos tivessem o poder de levar às pessoas reflexões sobre a realidade. Sem estereótipos, sua idéia era fazer um retrato social da desigualdade que o incomodava. O resultado de todo o idealismo foi o pedido de dispensa de O Globo para participar da criação da agência F4. Para Ripper, os jornais são veículos usados pelos mantenedores da sociedade partida entre pobres e ricos, na qual impera a discriminação que faz com que os moradores das periferias sejam excluídos.

Presente em grande parte dos seus trabalhos, o cotidiano da comunidade carente é uma prioridade. Não só o retrato, mas a participação ativa do fotógrafo no contato afetivo, conhecendo a vida dos moradores de favelas, conversando, compreendendo e aprendendo com as pessoas. Em sua opinião, o resultado é sempre melhor quando ele usa esse método. Na filosofia de trabalho do fotógrafo há uma legítima busca pela beleza que se esconde na condição de pobreza.

Foto: João Roberto Ripper



A capacidade destrutiva do homem, mesmo diante do gigantismo da floresta, na foto de João Roberto Ripper

Paparazzi: A curiosidade pelo proibido

O ofício do fotógrafo às vezes pode render prestígio e dinheiro, mas há ocasiões onde este trabalho é tomado como uma séria e desrespeitosa invasão da privacidade. Para as pessoas públicas e famosas que estampam as revistas de fofocas, certos fotógrafos não conhecem os limites entre o que pode ou não ser registrado na vida alheia. Quando isso acontece, o homem detrás das lentes acaba sendo mesmo taxado de paparazzo, ou paparazzi no plural, um bisbilhoteiro.

A busca dos fãs por informações sobre cada passo de seus ídolos estimula a produção de notícias com as fotografias

não autorizadas. E por isso, os preços pagos pelas editoras aos paparazzi incentivam ainda mais a caça de flagrantes.

A seu favor, muitos desses fotógrafos afirmam que não há motivo para mudarem de ramo, já que prestam um serviço onde os dois lados se beneficiam. Segundo dizem, algumas celebridades chegam a informar onde vão estar para serem fotografadas e assim aumentarem sua exposição na mídia. Algumas dessas celebridades, dizem os paparazzi, gostam até mesmo de sair nas imagens praticando ações que normalmente não fariam. É como disse, no Livro do Desassossego, o poeta Fernando Pessoa (1888-1935): “as figuras imaginárias têm mais relevo e verdade que as reais”. □



1945 - A empresa austríaca Voigtlander desenvolve as lentes zoom, que permitem fotografar objetos situados a grande distância da câmera.

1947 - Os fotógrafos Robert Capa, Daniel Seymour, Henri Cartier-Bresson e George Rodger fundam nos Estados Unidos (EUA) a agência cooperativa Magnum.



Década de 50 - Após a II Guerra Mundial, uma corrente da fotografia volta a passar por uma fase abstracionista e deixa de ter o compromisso de registrar a realidade.

1981 - O brasileiro Sebastião Salgado torna-se mundialmente conhecido ao ser o único fotógrafo a registrar a tentativa de assassinato do presidente norte-americano Ronald Reagan.



Década de 90 - Intensifica-se o uso das câmeras digitais, principalmente no fotojornalismo e na publicidade.

2001 - O fotógrafo norte-americano Richard Drew, da agência Associated Press, tira 215 fotografias nas proximidades do World Trade Center logo após o atentado terrorista de 11 de setembro em Nova York (EUA); uma delas, que registra o salto suicida de um homem não identificado

2002 - O Museu de Arte de Cincinnati exhibe uma retrospectiva de Weegee, pseudônimo do norte-americano Arthur Fellig (1899-1968), lendário fotógrafo de crimes que se tornou um dos mais influentes profissionais do fotojornalismo ao trabalhar durante a primeira metade do século XX na cobertura policial e humana de Nova York (EUA).



De livraria universitária a espaço cultural UFF reinaugura loja com café, eventos e acesso gratuito à Internet

MARIANA FLORITO

Reinaugurada em abril deste ano, a Livraria da Editora da UFF cativa tanto pela paisagem natural, de frente para a praia de Icarai, em Niterói, quanto pela arquitetura modernizada do prédio de dois andares, anexo ao edifício art déco da Reitoria da universidade. Além de apresentar um catálogo variado, composto por títulos que vão das obras acadêmicas aos best sellers, o ambiente não lembra nem de longe o espaço sombrio e pesado sugerido por uma livraria de obras acadêmicas.

A Livraria Icarai se transformou em um pequeno centro cultural, onde, além de participar de oficinas e eventos, o público pode, entre xícaras de café servidas no bar, folhear livros de todos os tipos, dentro de um clima moderno e confortável.

Com mobiliário que integra estantes e sofás, a Livraria Icarai também oferece lugar exclusivo para crianças, acesso gratuito à internet (wi-fi), ar condicionado central, banheiros adaptados, rampa de acesso para portadores de necessidades especiais e um ponto de venda de títulos da Editora da UFF em versão digital. A livraria também é a primeira com showroom do livro digital, onde o público pode ver e adquirir as versões digitais dos livros da Eduff.

“Este espaço é muito mais do que uma livraria, é o contato direto

da universidade com a comunidade”, destacou o diretor da Eduff, Mauro Romero Passos.

Todo o mobiliário foi projetado especialmente para se adaptar a diferentes tipos de evento, com expositores equipados com rodízios que possibilitam diversas ordenações do espaço. Essa flexibilidade está sendo usada para implementar uma agenda de eventos, iniciada por lançamentos da própria Eduff e de outras editoras, além de autores independentes de Niterói. O Clube de Leitura também está sendo realizado na Livraria Icarai, com debates mensais sobre livros escolhidos pelos participantes, sempre com entrada franca.

Para quem é fã de CDs e DVDs, a Editora da UFF promoveu a renovação da parceria com a gravadora Biscoito Fino, além de firmar acordo com o projeto Armazém das Artes, a fim de exibir artigos artesanais produzidos por funcionários e ex-funcionários da UFF.

“Eu adoro isto aqui e costumo dizer que a UFF é um celeiro de conhecimento, tendo sido a partir da minha experiência aqui que eu me constituí cidadã”, contou

a ex-aluna de Enfermagem da universidade, Jussara Reis.

Primeira editora a receber o certificado “Carbono Zero”, o selo lança cerca de 40 novos títulos por ano e tem catálogo com quase 600 publicações entre livros e revistas, das mais diversas áreas do conhecimento. A livraria possui ainda mais dois espaços: nos campi Gragoatá e Valonguinho, ambos em Niterói, e uma livraria virtual com venda de títulos pela internet. O site oferece uma biblioteca livre em que é possível fazer o “download” de títulos da editora em formato PDF (e-book) gratuitamente, bastando para isso preencher um cadastro.

Os livros do acervo estão sendo disponibilizados digitalmente aos poucos. De acordo com o programador visual, capista e responsável pela transição do impresso para o digital, José Luiz Stlleiken, “a partir de agora cada lançamento da editora será feito nos dois suportes, e dois anos após o lançamento os livros serão disponibilizados também no site em PDF, de graça”.

A Livraria Icarai fica na Reitoria da universidade, na Rua Miguel de Frias, 9, Icarai, e abre de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas. Nos fins de semana, o horário de funcionamento é das 10 às 14 horas. O acervo digital da Editora da UFF pode ser consultado no site: <http://www.editora.uff.br>. □



Uma das rodas de leitura que acontecem regularmente no interior da livraria

A casa da memória fluminense

Foto: Divulgação/Ed. UFF

Além de abrigar livros e documentos raros ligados à história do Estado do Rio, CMF também recebe contribuições de cidadãos comuns

JULIANA ARAÚJO

MANTER LAÇOS DE identificação e afeição com o lugar onde se vive é um exercício de cidadania. A boa notícia é que cada vez mais são frequentes os movimentos de preservação da memória regional. O Centro de Memória Fluminense (CMF) é um símbolo dessa nova perspectiva. Fundado em março de 1992, a entidade foi criada com o intuito de reunir, preservar e divulgar a memória fluminense. O acervo, hoje com cerca de 30 mil peças (entre livros, publicações periódicas, folhetos, fotografias, postais, mapas, plantas, partituras e manuscritos) é referência para os pesquisadores da história regional.

O Centro de Memória mantém um perfil diferente das demais bibliotecas, embora faça parte e esteja situado em uma pequena sala na ala oeste da Biblioteca Central da UFF, no campus do Gragoatá. A dinâmica de pesquisa ao acervo não tem novidades, no entanto, além de buscar informação, as pessoas podem contribuir com material próprio, itens que guardaram e acharam relevantes para a construção da memória local.

“Temos obras de grandes historiadores e literatos da cultura fluminense, mas isso não nos impediu de abrir espaço para autores alternativos que estão fora do grande circuito comercial e que não possuem reconhecimento público”, explicou Antônio Gusmão, chefe-bibliotecário do CMF.

No total, são 14 coleções (13 particulares e uma pessoal) doadas ou cedidas em regime de comodato, ou seja, a posse do material pode ser retomada pelo proprietário para si ou direcionada para outro lugar. Junto ao material enviado pelas personalidades ligadas à vida intelectual de Niterói e a área acadêmica do Estado



O acervo do CMF é formado por 14 coleções até o momento

do Rio, somam-se às contribuições avulsas que o Centro de Memória recebe para o acervo pessoal.

“São pesquisadores e estudantes que enviam seus projetos e monografias, além de pequenas coleções e exemplares que são doados pelo cidadão comum”, explicou Antônio.

O primeiro a contribuir com o Centro foi Carlos Mônaco, o livreiro mais antigo de Niterói, que ao longo dos anos formou uma biblioteca pessoal com mais de 8 mil livros e 2 mil revistas, jornais e fotografias contando a história da região fluminense. A diversidade dos temas contemplados pelo Centro de Memória é grande e atrai preferencialmente pesquisadores e estudantes interessados em dados específicos sobre os bairros e monumentos da cidade.

Entre os itens mais raros figuram coleções de autores como Julio Pompeu de Castro Albuquerque, Nilton Brasil Alcântara, Rodolpho Villanova Machado, que fizeram a história do município através da perspectiva dos cidadãos. A mais recente aquisição foi a Coleção Brandão Junior, composta por documentos do ex-prefeito, que administrou Niterói em dois períodos: de dezembro de 1935 a julho de 1936, e de novembro 1937 a fevereiro de 1945.

Memória e coleta seletiva - Objetos e publicações de valor histórico e cultural para a comunidade fluminense estavam sendo descartados

indiscriminadamente pelos moradores de Niterói. Ao perceber essa triste realidade, o professor Emílio Eigenheer, responsável pelo Programa de Coleta Seletiva de Lixo do Bairro de São Francisco, se juntou ao Centro de Memória Fluminense (CMF) para evitar o que ele chamou de “sangria dos materiais de memória”.

O material (livros, mapas, revistas, jornais, moedas, etc.) é recolhido e enviado para o CMF, onde será selecionado e avaliado. “Juntamos o caos da coleta com a técnica e organização do Centro”, explicou o professor. Os itens que não são úteis ao acervo são encaminhados para a reciclagem.

A coleção Nóbrega de Siqueira foi o marco inicial dessa parceria, eu hoje reúne também a coleção Emílio Eigenheer, totalizando 3524 títulos disponíveis para consulta, um livro - “Resíduos e Memória”, que registra o trabalho de resgate dos materiais, além das exposições, catálogos e cadernos baseados no projeto.

Ferramentas de pesquisa - A fim de criar novas ferramentas de pesquisa, o Centro de Memória em parceria com a Coordenadoria de Microfilmagem da Biblioteca Nacional, criou a Série Memória. São CDs que reúnem coleções importantes para a história da cidade de Niterói, mas que devido à fragilidade do material impresso, não podem ser manuseadas.

“Dessa forma garantimos a preservação do material e ampliamos a circulação e divulgação desses documentos”, explicou Maria José Fernandes, bibliotecária que esteve à frente do CMF por 15 anos. A distribuição do conteúdo é gratuita, o Centro de Memória Fluminense pede apenas ao usuário que traga um CD/DVD virgem para a cópia

A primeira série de CDs “Relatórios dos Prefeitos de Niterói” reúne documentos da gestão de prefeitos da cidade no período de 1904 a 1930. Em 2010, foi lançada a coleção digitalizada do periódico “A imprensa Evangélica” e, recentemente, foi a vez das obras do historiador José Mattoso Maia Forte serem microfilmadas e reunidas em um CD.

Outra via de pesquisa criada pelo Centro de Memória é a série Cadernos do Centro de Memória Fluminense. Criada em 2003, a publicação atribui um caráter permanente e didático às exposições e mostras realizadas pela equipe. Hoje, a publicação está em seu 15º número.

“Faz parte do compromisso do CMF com o cidadão e com os proprietários das coleções”, disse Maria José.

SERVIÇO

A consulta ao acervo é local e disponibilizada para a comunidade em geral, de segunda à sexta, das 10h às 20h. O CMF não realiza empréstimos, nem permite a reprodução do material através de xerox. No entanto, o usuário pode fotografar os itens do seu interesse com máquina fotográfica digital. Algumas coleções também se encontram disponíveis na Internet, através do catálogo on-line (www.ndc.uff.br) do Sistema de Bibliotecas da UFF.

As raridades do CMF

- *A Terra Goytacá* – Alberto Lamego
- *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* – Sacramento Blake
- *A Glória de Euclides da Cunha* – Francisco Venâncio Filho

Do Centro de Memória Fluminense para a Bienal

Responsável pela maior parte do acervo do Centro de Memória, Carlos Mônaco é o proprietário da Livraria Ideal, fundada em 1935, e formou, ao longo dos anos, uma biblioteca de obras raras que hoje é disponibilizada à população no Centro de Memória Fluminense. Filho do imigrante italiano Silvestre Mônaco, um engraxate que se transformou no mais destacado livreiro fluminense do século XX, ele herdou do pai a livraria e um sentimento de culto ao livro.

“Percebi que havia grande carência por materiais que ilustrassem e explicassem a história dos municípios e vi que o Centro poderia ampliar a visibilidade e o acesso público ao meu acervo” explicou Carlos Mônaco. O livreiro é o responsável pela seleção de livros – alguns deles presentes no CMF – que a Imprensa Oficial reeditará para a XV Bienal do Livro do Rio de Janeiro – de 1º a 11 de setembro.

A coleção do livreiro encontra-se tratada em sua totalidade, e em 2002, por ocasião das comemorações dos dez anos do Centro de Memória, foi publicado o catálogo geral dividido em dois volumes, o primeiro dedicado exclusivamente às monografias e o segundo para o restante do acervo. Em maio de 2010, Mônaco fez uma nova contribuição e cedeu também em regime de comodato, a coleção Nemécio Calazans, composta por obras reunidas pelo escritor sobre o Cenáculo Fluminense de História e Letras.



Foto: Ricardo Chau

Seleção – A seleção Carlos Mônaco Leu e Recomenda desfila verdadeiros ícones literários. De Euclides da Cunha, *Contrastes e Confrontos*, um marco da fase amazônica do grande escritor; *Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manoel de Macedo – autor de *A Moreninha* –, traz um retrato da vida carioca no Século XIX; outra prosa memorialista é *Recordações do Rio Antigo*, de Luís Edmundo. Completam a seleção “As Primaveras”, obra-prima do Romantismo, e “Capítulos de História Colonial”, de Capistrano de Abreu.

A reedição de clássicos da literatura brasileira já é uma tradição da Imprensa Oficial. Entre as obras publicadas pela empresa pública, estão *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis* (ambos do memorialista Luís Edmundo), *A Alma Encantadora das Ruas*, de João do Rio; *Páginas Recolhidas*, de Machado de Assis; e *Contos e Crônicas de Lima Barreto*. Desde 2007, a Imprensa Oficial, já distribui 40 mil livros a escolas e bibliotecas públicas e nas duas últimas edições da Bienal do Livro do Rio de Janeiro (em 2007 e 2009). □



- *Evolução do Povo Brasileiro* – Oliveira Viana
- *Sertões dos Puris* – Heitor de Bustamante
- *Memória histórica e documentada das aldeias dos índios da Província do Rio de Janeiro* – Joaquim Norberto de Souza e Silva; editado em 1854.
- *O Rio de Janeiro no século XVII* – Vivaldo Coaracy
- *Em defesa de Casimiro de Abreu* – Alberto Francisco Torres
- *O Bandolim* – Luis Pistarini; editado em 1899
- *A mais antiga escola normal do Brasil* – Lacerda Nogueira
- Além de grande acervo de fotos antigas de Niterói e rio antigo, etc.



Fotos: Ricardo Chau



Crianças aprendem brincando a preservar o meio ambiente. Ao lado, a barreira de isolamento que protege a área de manguezal no piscinão.

Diversão e educação ambiental ao alcance de todos

Parque Ambiental Praia das Pedrinhas, denominação oficial do projeto do Piscinão, se configura no maior *point* de lazer, educação e esporte da população gonçalense

JULIANA ARAÚJO

Os gritos da criançada anunciavam mais uma tarde animada no Piscinão de São Gonçalo. A rotina barulhenta e agitada foi retomada há um ano após a reabertura do local, no dia 1º de maio. Abandonado e vítima de depredações constantes, o Parque Ambiental Praia das Pedrinhas, denominação oficial do projeto do Piscinão, passou por obras de revitalização, entre os anos de 2008 e 2010, e hoje se configura no maior *point* de lazer, educação e esporte da população gonçalense.

“O Piscinão de São Gonçalo passou por uma grande reforma, evoluiu e cresceu para atender a carência de lazer e cultura do município. O nosso objetivo principal é fazer com que a população reconheça no parque a sua segunda casa”, contou Alexandre Felipe, subsecretário de Estado de governo da Região Metropolitana.

Mais que uma alternativa para os dias ensolarados, o Piscinão é garantia de diversão para todas as idades

durante o ano inteiro. Além da praia artificial com areia, conchinhas e o espelho d’água de 9 mil metros quadrados (o equivalente a mais de um campo do Maracanã), a população também pode se exercitar e manter a saúde em dia nas quadras de vôlei e futebol de areia, nos aparelhos de ginástica e na ciclovia.

A nova infraestrutura motivou uma mudança no comportamento dos frequentadores. “Antes eram comuns os furtos dos fios da rede elétrica e a depredação das louças sanitárias e chuveiros, hoje eu assisto a própria população zelando pela qualidade do espaço e advertindo as pessoas que insistem em manter uma conduta irresponsável”, observou Érika Sales, bióloga e coordenadora de Meio Ambiente do parque.

Outros espaços disponíveis no Piscinão de São Gonçalo são: anfiteatro, um lago de água salgada com espécimes locais, a estação de tratamento de água, área de convivência, refeitório, manguezal, banheiros

e vestiários, além de um pólo do CBMERJ e da PMERJ instalados no interior do Piscinão para reforçar a segurança dos usuários.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Localizado no interior do Parque Ambiental Praia das Pedrinhas, o Piscinão também é sinônimo de educação ambiental e sustentabilidade. Através do Programa Atitude Sustentável, o parque tem promovido diversas ações com o objetivo de conscientizar a comunidade para a adoção de práticas sustentáveis no cotidiano doméstico, tais como a reciclagem e a economia de água e energia elétrica.

O público infantil é o principal foco do projeto e recebe atenção especial durante as visitas guiadas. Alunos de escolas públicas e privadas do município de São Gonçalo aprendem a preservar o meio ambiente e conhecem um pouco mais sobre a fauna e flora que compõem o manguezal.

O ponto de partida do passeio é sempre o mesmo: a estação de trata-



O simpático carangueijo São Gonça recepcionou a garotada durante a II Semana do Meio Ambiente

mento. “Primeiro eles tem a certeza de que toda a água que entram em contato no parque, exceto no manguezal, é limpa. Só depois que eles estão liberados para brincar no piscinão”, explicou Érika. Com capacidade de tratar 50 litros de água por segundo, a estação abastece o Piscinão e as demais dependências do parque.

ECOSSISTEMA

O manguezal ganhou cara nova depois das ações de preservação. “A vegetação avançou numa região que antes era sem vida e tomada pelo barro. Temos visto com mais frequência espécies como a garça azul, o quero-quero e o teiú. Além disso, a população de caranguejos triplicou no último ano”, observou Érika Sales.

O cordão de isolamento colocado ao redor do manguezal impede que a poluição da Baía avance sobre a vegetação e os mutirões de limpeza organizados pela equipe do parque retiram o material que consegue pas-

sar pela barreira, predominantemente, garrafas pet e sacolas plásticas.

II SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Durante os dias 31 de maio e 5 de junho (Dia Mundial do Meio Ambiente), o Piscinão de São Gonçalo realizou a II Semana do Meio Ambiente. No total, cerca de 32 mil pessoas participaram do evento. “O objetivo foi incentivar os estilos de vida preocupados com o consumo consciente e a conservação do meio ambiente. O evento visou alertar a população para essas atitudes”, destacou o subsecretário de governo da Região Metropolitana, Alexandre Felipe.

O carangueijo São Gonça, mascote do parque, foi o anfitrião do evento. Com o tema “Todo Ambiente”, o parque criou uma série de atividades socioeducativas, onde as crianças receberam desde aulas de reciclagem, de como transformar o lixo em artigos de decoração, instrumentos de percussão e brinquedos até instruções

sobre como aproveitar o óleo de cozinha velho e transformá-lo em sabão.

“O mais interessante foi a estação de tratamento. É incrível como a água entra muito suja e sai limpinha no final do processo. Espero voltar em breve ao Piscinão, mas dessa vez para dar um mergulho e aproveitar o sol”, contou Guilherme Miranda, aluno do 8º ano do Ensino fundamental e integrante da Guarda Mirim de Tanguá.

SERVIÇO

Localizado às margens da Rodovia Niterói - Manilha, na altura do bairro Boa Vista, o Piscinão está aberto ao público de terça a sexta, das 7h às 18h, e de 8h às 17h nos fins de semana e feriados. A entrada é gratuita e um painel eletrônico no principal acesso indica quando o parque atingir sua lotação máxima, cerca de 13 mil pessoas. Para mais informações e o agendamento de visitas escolares, o telefone é 2607-8193 ou visite o site www.piscinaodesaogoncalo.rj.gov.br. □



Além das atrações tradicionais, o parque oferece aulas de dança, atividades esportivas e recebe visitas escolares o ano inteiro

Ministério da Cultura, Submarino e Petrobras apresentam:



BIENALDOLIVRO.COM.BR

um programa, muitas histórias.

- Livro em Cena
- Encontro com Autores
- Sessões de Autógrafos
- Café Literário
- Mulher e Ponto
- Maré de Livros

VISITE O ESTANDE LETRAS DE NITERÓI
Pavilhão verde – AVENIDA ORÍGENES LESSA Q

A SALA DE CULTURA LEILA DINIZ, INAUGURADA NO DIA 1º DE JULHO EM COMEMORAÇÃO AOS 80 ANOS DO DIÁRIO OFICIAL, É A NOVA CASA DA CULTURA FLUMINENSE. O MODERNO ESPAÇO É CAPAZ DE ABRIGAR DIFERENTES TIPOS DE MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS SEM CUSTOS PARA OS EXPOSITORES.



SALA DE CULTURA LEILA DINIZ

FUNCIONAMENTO:

De 2ª à 6ª - de 10:00 às 17:00 h. – ENTRADA FRANCA

Rua Prof. Heitor Carrilho, 81 Centro, Niterói - Rio de Janeiro

ENVIO DE PROJETOS PARA AVALIAÇÃO:

www.imprensaoficial.rj.gov.br

saladecultura@imprensaoficial.rj.gov.br